



FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FATECS
CURSO: Comunicação Social
HABILITAÇÃO: Jornalismo
ÁREA: Ciências Humanas

**TERCEIRA EDIÇÃO DO PLANO DE DIREITOS HUMANOS:
ANÁLISE DA COBERTURA DO LANÇAMENTO PELOS JORNAIS O GLOBO,
FOLHA DE S.PAULO E CORREIO BRAZILIENSE**

ALVENI LISBOA DA SILVA
R.A.: 2065458/8

PROF.^a ORIENTADORA: MÔNICA IGREJA DO PRADO

Brasília/DF, 16 de junho de 2010

ALVENI LISBOA DA SILVA

**TERCEIRA EDIÇÃO DO PLANO DE DIREITOS HUMANOS:
ANÁLISE DA COBERTURA DO LANÇAMENTO PELOS JORNAIS O GLOBO,
FOLHA DE S.PAULO E CORREIO BRAZILIENSE**

Monografia apresentada como um dos requisitos para a conclusão do curso de Comunicação Social - Jornalismo do UniCEUB - do Centro Universitário de Brasília.

Prof.^a Orientadora: Mônica Igreja do Prado

Brasília/DF, 16 de junho de 2010

ALVENI LISBOA DA SILVA

**TERCEIRO PLANO DE DIREITOS HUMANOS:
ANÁLISE DA COBERTURA DO LANÇAMENTO PELOS JORNAIS O GLOBO,
FOLHA DE S.PAULO E CORREIO BRAZILIENSE**

Monografia apresentada como um dos requisitos para a conclusão do curso de Comunicação Social - Jornalismo do UniCEUB - do Centro Universitário de Brasília.

Prof.^a Orientadora: Mônica Igreja do Prado

Banca examinadora:

Prof.^a Mônica Igreja do Prado
Orientadora

Prof. Luiz Cláudio Ferreira
Examinador

Prof.^a Cláudia Busato
Examinadora

Brasília/DF, 16 de junho de 2010

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me concedeu forças para prosseguir até o final do curso, e aos meus pais, que sempre me apoiaram e abdicaram de um maior conforto para investir em minha educação.

“O jornalista que não sai da própria mesa é um apurador de ignorância”
Ivan Rodrigues, editor-chefe do jornal Diário Popular (RS)

RESUMO

É inegável a importância dos Direitos Humanos para a coexistência harmoniosa dos cidadãos em sociedade. É este conjunto de regras e recomendações que assegura os direitos universais a toda pessoa humana. No entanto, muitos brasileiros sequer conhecem tais direitos – e os tem violados diariamente até mesmo pelo Poder Público. Certas vezes, a imprensa brasileira, representante da grande massa, passa despercebida por temas como esse. Esta pesquisa teve por fim analisar se três grandes jornais brasileiros (O Globo, Folha de S.Paulo e Correio Braziliense) realizaram uma cobertura efetiva sobre o lançamento e a repercussão da 3ª Edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos, ou seja, se as informações repassadas foram suficientes para esclarecer os principais pontos do documento. Ao todo foram analisadas edições diárias dos jornais durante as três primeiras semanas (21 dias) após o lançamento, o que significa 63 edições pesquisadas. Cada matéria que citava o Plano foi analisada e o resultado foi disposto em quadros, dia-a-dia. Ao final, os dados foram separados em gráficos e discutidos. O resultado foi o esperado: a grande imprensa brasileira fez uma cobertura segmentada, atendendo à interesses específicos, sem discutir as inúmeras vertentes - tanto positivas quanto negativas - que o documento continha. No fim das contas, o Plano foi bombardeado (e alterado) sem ter sido apresentado de forma clara à população brasileira.

Palavras-chave: Política; Cobertura Jornalística; Direitos Humanos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Justificativa	7
1.2 Contextualização	9
1.3 Objetivos.....	10
1.3.1 Objetivo Geral.....	10
1.3.2 Objetivo específico	10
2. DESENVOLVIMENTO.....	11
2.1 Embasamento teórico	11
2.1.1 Critérios de noticiabilidade.....	11
2.1.2 Teoria do Agendamento	12
2.1.3 Teoria do <i>Newsmaking</i>	14
2.1.4 História do Jornalismo Político.....	15
2.1.5 Jornalismo Político Contemporâneo	19
2.1.6 Direitos Humanos no Brasil	23
2.2 Metodologia	27
2.2.1 Coleta de dados.....	28
2.2.2 Tratamento dos dados	44
2.2.3 Análise dos dados	53
2.2.4 O 3º Plano Nacional dos Direitos Humanos hoje	56
3. CONCLUSÃO.....	58
4. RECOMENDAÇÕES	60
REFERÊNCIAS	61
ANEXOS	63

1. INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

No mundo da instantaneidade, a política é o centro dos grandes noticiários: jornais, TVs, rádios, sites de notícias. Basta atentar-se para as manchetes e notar que os fatos políticos são, quase sempre, o principal assunto do dia. Pode ser uma medida do Presidente da República, a queda da taxa básica de juros ou um escândalo de corrupção. Tudo faz parte desse vasto campo chamado Política.

A pesquisa a ser desenvolvida apresenta grande relevância tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade como um todo. Isso porque engloba dois fatores de interesse geral: o conteúdo que a mídia transmite e os acontecimentos políticos – nesse caso, o lançamento da 3ª edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), em dezembro de 2009, no Palácio da Justiça, em Brasília (DF).

No âmbito da academia, há várias pesquisas que se propõem a abordar questões referentes à cobertura de acontecimentos políticos. No entanto, até o momento, nenhum trabalho tratou da cobertura da grande imprensa sobre o lançamento do PNDH, talvez por ser um tema ainda recente ou até pela falta de interesse. É sempre importante se estudar sobre os critérios noticiosos adotados pelos jornalistas. E qual local melhor para se debater as formas de se fazer jornalismo que os meandros universitários? É preciso conscientizar o futuro profissional dos riscos incorridos ao se prestar ao mau-jornalismo.

Por se tratar de um tema recente e ainda em discussão, esta investigação tem o objetivo de tornar-se referência para novas pesquisas.

Do ponto de vista social, este trabalho constrói-se como um alerta ao cidadão brasileiro. A população necessita saber o que se passa nos palácios, gabinetes e reuniões. Somente assim, ela pode formar opinião e, se necessário, reivindicar seus direitos. A imprensa serve para mediar esse contato. Os jornalistas precisam cumprir o seu papel de informar com qualidade. Afinal de contas, o povo alimenta a mídia – financeira e intelectualmente. Cidadão desinformado é cidadão manipulado. Os poderosos querem isso. Cabe aos jornalistas deixarem ou não.

O contato do pesquisador com a Política deu-se cedo. Desde os 12 anos, ele é assíduo leitor dos cadernos e colunas políticas. Um desejo intrínseco de entender

como funciona o mecanismo político nas diversas esferas do poder. O mundo da política é assim: quanto mais se conhece, mais se quer aprofundar.

Foi esse sentimento de curiosidade, aliado ao gosto pelas editorias políticas, que o levou a cursar a faculdade de Jornalismo. Distinchar o submundo do Congresso, expôr as políticas públicas – e a falta delas em vários casos -, difundir as ações judiciais impactantes na sociedade brasileira. Essa é a função social do jornalista e o desejo do pesquisador.

O tema proposto foi pinçado cuidadosamente das observações diárias dos principais veículos impressos do país. Percepção essa não somente pessoal, mas também de profissionais e acadêmicos da Comunicação Social. Acompanhando todos esses veículos, percebem-se dois fatores que vêm crescendo nos últimos anos: a homogeneidade da notícia e espaço amplo para publicação de intrigas políticas. O primeiro é velho conhecido dos jornalistas e possui vasta gama de estudos. De fato, a diferença entre as notícias do jornal *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *Correio Braziliense* são mínimas no que tange a cobertura política. A segunda é bem menos estudada, até mesmo por ser uma tendência mais recente. Contudo, é, certamente, algo que incomoda aos conhecedores da política. O lide que era óbvio acaba sendo alterado por algum acontecimento extraordinário. E aí o que deveria ser a notícia acaba perdendo espaço para outros fatos menos relevantes.

O puro e simples jornalismo declaratório é algo que perturba o pesquisador. Publicar na íntegra uma discussão entre ministros do Supremo Tribunal Federal em detrimento do resultado da pauta de votação é algo impensável. Para ele, todas as matérias resultantes de falas ou discursos deveriam vir acompanhadas de severa comprovação. Se um deputado denuncia um esquema de corrupção, a mídia deve se dar ao trabalho de apurar aquela informação. Do contrário, incorre-se no risco de ludibriar a boa-fé do leitor. O mesmo ocorre com as promessas infundadas. Se o Presidente diz que dará emprego a um milhão de pessoas, é preciso confirmar ou desmentir essa declaração. É viável, no atual momento econômico, abrir tantos postos de trabalho? Quais setores da economia abrigarão os funcionários? Que segmento será beneficiado? O salário pago será descente para sobrevivência dessas pessoas? Enfim, vários questionamentos que precisam ser respondidos antes de estampar a capa dos jornais.

Portanto, com base nessa profunda inquietação, decidiu-se investigar como ocorreu a cobertura de três dos principais veículos do país sobre o lançamento da 3ª edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos.

1.2 Contextualização

Quando tomou posse em janeiro de 2002, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva causou uma mobilização popular pelo país. Era um operário, um “homem das massas” que atingia o topo da carreira política brasileira. A grande imprensa criou alvoroço em torno da figura mítica do presidente.

Com seus discursos empolgados e uma fala simples, o Presidente atinge exatamente o eleitor mais pobre, responsável pela sua eleição. Contudo, a informalidade de Lula começou a tornar-se um problema logo no início do governo. Declarações fortes, colocações consideradas inadequadas. O ex-metalúrgico virou um “prato cheio” para a mídia. Os assessores perceberam e trataram de amordaçá-lo. Nada de entrevistas agendadas. Quer uma declaração? Aproveite alguma solenidade. E foi assim a partir de 2002.

Os jornalistas que cobriam política tiveram de se acostumar à nova realidade. Parece que gostaram da idéia. Raros são os dias que alguma frase do Presidente não rende “reprodução”. Sim, “reprodução”. Porque matéria exige apuração, e o que se vê é uma mera paráfrase das falas. Isso passou a ficar tão comum que abandonou o Planalto e tomou conta de outros poderes.

Ministros trocando “farpas”, deputado acusando outro, senadores se xingando como adolescentes numa briga de rua. Tudo tem espaço na imprensa. No último bate-boca do Senado, entre o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Renan Calheiros (PMDB-AL), a Folha de S.Paulo dedicou quase uma página inteira para relatar o ocorrido. No mesmo dia, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de resolução que poupava o excedente de cargos e funções comissionadas. O custo estimado da medida seria de aproximadamente R\$ 7,3 milhões. Este fato só foi noticiado na Agência Câmara.

Até que ponto se deve noticiar as rixas políticas? Qual a relevância de um bate-boca entre secretários para a construção intelectual da população? Um desentendimento merece ser capa de um dos principais veículos do país?

A sensação é que os cadernos políticos tendem a se transformar em grandes aglomerados de fofocas. Um verdadeiro festival de “Caras” e “TiTiTi” político. Especulações com baixo teor de apuração são repassadas com critérios questionáveis de noticiabilidade. O leitor acaba sendo bombardeado por informações que pouco influenciarão na sua vida cotidiana. Fica difícil, então, entender o real mundo da política – que vai muito além das negociatas ou dos dedos em riste. Enquanto isso, projetos, programas e ações (sejam eles bons ou ruins) ficam sem a visibilidade que lhes deveria ser concedida.

Diante do exposto acima, questiona-se:

Como os jornais Folha de S.Paulo, O Globo e Correio Braziliense cobriram o lançamento do Plano Direitos Humanos?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

- Realizar estudo comparativo da cobertura do lançamento da 3ª edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos nos jornais Folha de S.Paulo, O Globo e Correio Braziliense.

1.3.2 Objetivo específico

- Verificar se estes jornais publicaram dados relevantes para o entendimento do conteúdo do PNDH III.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Embasamento teórico

2.1.1 Critérios de noticiabilidade

Para se analisar uma notícia, precisamos defini-la como tal. O que é notícia e o que não é? Por que damos ênfase a esse assunto e não aquele outro? É preciso clarear todas estas indagações para a reflexão ocorrer.

Nelson Traquina (2005, p. 180) conceitua notícia como o “resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima num produto”.

O fato noticioso é uma questão totalmente subjetiva. Um sentimento subjetivo mútuo entre o repórter, a fonte, o editor, o editor-chefe, o dono do veículo e o público, é claro. A antropóloga Silva (2005, p. 106) define o que é noticiabilidade e os fatores que a influenciam:

...compreendendo noticiabilidade (*newsworthiness*) como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais.

O acontecimento, portanto, não basta por si só. A notícia é algo inesperado, incomum, que foge ao cotidiano das pessoas. Um jornalista residente em um país árabe que visite as praias do Rio de Janeiro pode escrever uma reportagem sobre a exposição do corpo das mulheres cariocas. No entanto, não vemos tais textos de repórteres brasileiros. É uma percepção completamente distinta da realidade do Brasil. O mesmo aconteceria se a situação se invertesse.

A mesma autora supracitada sistematiza três critérios diferenciados para se estudar a noticiabilidade: na origem dos fatos, no tratamento e na visão.

O primeiro se caracteriza pelo conjunto de valores-notícias típicos de determinados veículos. Há uma espécie de consenso na imprensa. Basta observar a homogeneidade dos assuntos abordados. Geralmente, os fatos publicados são os mesmos, apenas com uma construção diferente.

O segundo critério, o do tratamento, compreende a disposição hierárquica das matérias no jornal, a manipulação visual, a tecnologia empregada, além do relacionamento do repórter com as fontes e público. Uma matéria considerada mais importante estará logo na página 2 ou 3 e terá um cuidado especial do que aquela na penúltima página.

Na visão (ou abordagem), o último critério, estão imersos os fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo - verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade. Esse é o mais relevante para a pesquisa, posto que a análise levará em conta os atributos inerentes ao ideologismo vertical das redações. É preciso saber se tais idéias levam o repórter a publicar conteúdos simplórios ou se é o público quem demanda isto.

É importante destacar que os três critérios funcionam juntos. Mauro Wolf (2003, p. 195) confirma essa informação. Mesmo sem subdividir os assuntos, ele cita os aspectos abordados:

A noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas –, para adquirir a existência pública de notícia.

Portanto, a noticiabilidade não se constitui apenas do acontecimento e sim de uma emaranhada cadeia de fatores incidentes antes, durante e após a elaboração da matéria. Posto estes conceitos, aplicar-se-ão na análise noticiosa proposta por este trabalho acadêmico.

2.1.2 Teoria do Agendamento

A Teoria do Agendamento ou *agenda-setting* foi desenvolvida na década de 1970 pelo norte-americano Maxwell McCombs e Donald Shaw. Ela consiste na capacidade da mídia de pautar os temas que serão discutidos no cotidiano das pessoas. Os jornalistas trazem o fato com informações extras para a sociedade debater, auxiliando a formação de opinião dos leitores, ouvintes e telespectadores sobre o assunto. A seguir um detalhamento de McCombs (1976, p.6) sobre o funcionamento da sua teoria:

Os jornais são os principais promotores da agenda do público. Definem amplamente o âmbito do interesse público, mas os

noticiários televisivos não são totalmente desprovidos de influência. A televisão tem um certo impacto, em curto prazo, na composição da agenda do público. O melhor modo de descrever e distinguir essa influência será, talvez, chamar '*agenda setting*' à função dos jornais e '*ênfase*' (ou *spot-lighting*) à da televisão. O caráter fundamental da agenda parece, freqüentemente, ser estruturado pelos jornais, ao passo que a televisão reordena ou ressystematiza os temas principais da agenda"

McCombs defende que os jornais são os grandes pauteiros da mídia. Ainda hoje é assim. Algo só é debatido após ser publicado primeiramente dos jornais. Em seguida, a TV e o rádio ampliam e a internet complementa. Por vezes a internet antecipa o conteúdo dos jornais, mas mesmo assim não conseguem pautar a opinião pública. Parece que há uma "mística" em torno do papel.

Nelson Traquina (1995, p. 190) mostra que as pessoas com "necessidade de uma orientação" são as que mais sofrem os efeitos da mídia. As pessoas com mais incertezas acabam se expondo mais aos noticiários e, portanto, são influenciados por eles. Com isso, Traquina mostra também as implicações da agenda jornalística variam de acordo com a natureza do assunto. Aquelas questões mais próximas das pessoas, costumam pautar o debate mais intensamente do que as mais distantes. Isso explica o fato de um assassinato brutal de uma jovem de classe média chamar mais atenção do que o massacre ocorrido em Darfur, no Sudão.

Diariamente os meios de comunicação pautam a política brasileira. Se acontecer uma enchente no Rio Grande do Sul hoje, pode apostar que amanhã haverá parlamentares proferindo discursos, pedindo ajuda ou propondo a criação de um "Grupo de Trabalho". Uma catástrofe natural, que inicialmente não teria ligação política alguma, vira tema de discussão no Congresso.

Por vezes, o caminho inverso ocorre. Uma medida de um ministro acaba gerando um debate, o qual é levado aos meandros sociais por intermédio da imprensa. O movimento não se restringe a levar informação dos emissores para os receptores. É uma troca mútua de agendamentos. Traquina (1995, p.188) confirma esta proposição neste trecho: "Assim, a agenda das agendas políticas influencia a agenda jornalística, que por sua vez influencia a agenda pública. A experiência direta e as conversas interpessoais também intervêm na formação da agenda de cada pessoa".

A realidade é que os políticos querem sempre atrair atenção da imprensa para tentar ocupar a agenda midiática. Os veículos de comunicação, por sua vez,

ganham na venda da notícia. É uma relação de “troca de favores” que beneficiam ambos e a um terceiro ente envolvido: a sociedade.

O jornalista Celso Mattos desenvolveu um trabalho junto à Câmara de Vereadores de Londrina, Paraná. Em seu artigo (2005, p.8) ele conclui que há ganho da imprensa e dos vereadores, um sistema cíclico:

Como havia constatado por McCombs e Shaw nos estudos sobre o *agenda-setting*, os políticos criam situações para chamar a atenção da imprensa e tentam fazer parte da agenda midiática pela seleção de prioridades que também acabam sendo eleitas pela imprensa, gerando uma influência mútua entre as agendas. Ao se encaixar nos assuntos de interesse da imprensa, os vereadores ganham destaque nas páginas dos jornais, o que para eles, é o mesmo que ter destaque para a opinião pública e uma forma de encurtar a distância que os separa.

A pesquisa dele, realizada em um âmbito restrito (Câmara dos Vereadores), certamente pode ser ampliada para todas as outras. Todo político precisa demonstrar os feitos, caso contrário estará condenado a perder nas próximas eleições. Não basta fazer, tem que mostrar que faz.

Tanto a escolha dos fatos ou das questões que constituirão a agenda, como a seleção do viés para interpretar essas ocorrências ou assuntos são poderes fundamentais da *agenda-setting* na sociedade contemporânea. E assim será enquanto existir o jornalismo.

2.1.3 Teoria do *Newsmaking*

A Teoria do *Newsmaking*, ou o “fazedor de notícias” é uma evolução dos conceitos da Teoria do Agendamento e do *Gatekeeping*, que se baseia nos critérios de noticiabilidade. Essa teoria estuda os métodos empregados pelos jornalistas durante a seleção do que é a notícia e de como ela será transmitida ao público. Assim Nelson Traquina (2005, p.155) define o *Newsmaking*:

As notícias são um valor máximo; o seu trabalho é um trabalho de 24 horas; as notícias são um desafio constante. Assim, o jornalista investe na realização desse objetivo: obter mais notícias e não contestar a política editorial da empresa. É preciso ir em busca das notícias; é preciso vencer a hora do fechamento; assim a harmonia entre os jornalistas e a direção é cimentada pelos interesses comuns pela notícia.

É importante destacar que esta teoria rejeita a teoria do espelho, na qual a mídia reflete a realidade. Na verdade, ela defende que o jornalismo ajuda na construção da realidade. O jornalista vê o fato e o transcreve a partir de suas concepções. Portanto, não há como ser o acontecimento em si, mas uma visão enviesada. Então, é possível afirmar que o produtor de notícias (o jornalista) é um mediador (o *gatekeeper*) entre a ocorrência e os envolvidos, segundo descreve Nelson Traquina. (2005, p. 150)

O modo de enxergar o mundo não é o único fator influenciador na rotina de produção da notícia. Há interferências externas muito importantes na hora de escrever a matéria. A fonte principal pode se recusar a conceder entrevista ao repórter, o que certamente afetará o resultado final do texto, por exemplo. Às vezes, certas coisas passam despercebidas ou não entram na matéria devido ao tempo curto de apuração (*deadline*).

A notícia produzida também sofre influência dentro da redação dos veículos de imprensa. O revisor que corrige, o editor que altera e/ou o editor-chefe que decide pela veiculação ou não – às vezes, por ir contra os interesses do proprietário do meio de comunicação. O texto já distorcido pelos fatores externos ainda é alterado pelos jornalistas ocupantes de cargos superiores na hierarquia da redação

A teoria do *Newsmaking* também abrange as práticas comuns no jornalismo. Em qualquer redação, independente do formato da mídia, há uma práxis delimitada e compartilhada. Antes de saírem para apurar, os repórteres reúnem-se com editores para planejar o dia: quem vai cobrir o que, qual matéria tem potencial para render mais, entre outras. Como toda empresa, há prazos para se cumprir, hierarquia e divisão do trabalho.

2.1.4 História do Jornalismo Político

O jornalismo político iniciou-se com os primeiros jornais produzidos ainda no século XVIII e XIX. Os “depositórios de matérias” eram formas de comunicar à população os feitos dos governantes. Não havia isenção e muito menos apuração. Publicava-se o que quisesse e como quisesse. O jornalismo político nasceu aliado à história política e se confunde a todo o momento com ela, especialmente no Brasil. A mídia influenciou e alterou inúmeros fatos com todo seu poder.

Esse modelo foi reproduzido durante anos, até meados do século XX. Foi na década de 50 que se implementaram os discursos da objetividade e da imparcialidade. Ainda assim, no Brasil, a resistência era imensa. Os meios de comunicação eram (e ainda são) controlados por políticos, o que os impedia de realizar uma cobertura sóbria. Era a chamada imprensa áulica, como mostra Nelson Werneck Sodré (1999, p.30):

Pela necessidade de enfrentar e neutralizar a ação do *Correio Braziliense*, [D.João VI] estimulou algumas tentativas de periodismo, começando pelos folhetos de tipo panfletário e complementando-se, logo depois, com órgãos específicos do jornalismo.

O *Correio Braziliense* (1808) foi o primeiro jornal brasileiro, apesar de algumas divergências dos historiadores - ele era editado em Londres, portanto não era exatamente nacional. O seu criador era um brasileiro nascido no Uruguai que viveu nos Estados Unidos a maior parte da vida, Hipólito José da Costa. Surgiram vários jornais com o único intuito de proclamar os feitos da Coroa: *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808), *Idade de Ouro do Brasil* (1811) e *O Investigador Português* (1818)

O jornalismo, político principalmente, passou por dois momentos preocupantes na história recente do país: na era Vargas e na ditadura de 64. Em 1930, após a revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, a mídia foi serialmente censurada. Nada de jornais criticando as atitudes do líder Getúlio. Foram 15 anos de silêncio. Apenas ao término do mandato de Vargas, em 1945, que o jornalismo político pode retomar os rumos.

Franklin Martins (2008, p. 14) compara a veiculação de conteúdos jornalísticos em 1950 e 2002. Há severas diferenças entre uma e outra. “Hoje em dia, a maior preocupação da cobertura é informar o leitor, e não convencê-lo a adotar determinadas idéias”. Martins coloca a mídia de forma bem idealista, como se não passasse nenhuma inclinação político partidária nos dias atuais. Passam sim, não com tanto descaramento como na década de 50, mas ainda há certas insinuações nas entrelinhas das matérias. Ele mesmo admite neste trecho (2008, p. 16): “É evidente que, em 2002, os donos das empresas de comunicação também tinham suas preferências na disputa, mas elas não saltavam aos olhos nas primeiras páginas”

De acordo com o livro de Martins, a manchete de *O Estado de S.Paulo* em 3 de outubro de 1950 foi: “Para o Brasil, Brigadeiro. Dá à tua terra o governo que ela

merece”. Agora, a manchete em 26 de outubro de 2002: “Mercado tem dia otimista na véspera da eleição”. O mesmo jornal mudou radicalmente o modo como noticia os eventos políticos. Em 2002, o veículo atrelou a preocupação do mercado com a possibilidade de Luiz Inácio Lula da Silva ser eleito. Isto mostra claramente que a preocupação do *Estadão* não era mais “vender” um candidato e sim informar à população dos possíveis efeitos caso ganhasse o pleito.

Apesar da inclinação explícita dos veículos da mídia, a década de 50 e o início dos anos 60 marcaram a grande revolução da imprensa. Surgiu o lide, o copidesque (responsável por adequar os textos aos padrões do jornal) e a divisão entre opinião e fato. Esses fatos ajudaram a desenvolver os jornais da época: *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* e *Correio da Manhã*. No mesmo período, emana *O Cruzeiro*, a primeira revista a dedicar páginas a colunistas especializados em política. Estas pessoas analisavam os acontecimentos e interpretavam para facilitar o entendimento do leitor.

O jornalista Roberto Seabra (2006, p.130) demonstra bem como se comportava a imprensa no período ditatorial:

Essa mesma imprensa que em duas décadas construiu um novo modelo de jornalismo político, juntando informação, análise e interpretação dos acontecimentos, não conseguiu se livrar completamente do jogo político dos interesses privados. (...) O golpe militar de 1964 não surpreendeu a grande imprensa, que durante muitos anos dizia ter apoiado uma revolução militar que veio para acabar com a “baderna dos esquerdistas que estavam no poder”.

A imprensa, portanto, apoiou a ditadura no momento inicial. A situação só mudou quando se instalou o novo regime, que aboliam os veículos de comunicação contrários ao golpe. Até 1968, muitos ainda apoiavam os militares. No entanto, após a edição do AI-5, essa situação mudou. O ato permitia censura prévia à imprensa e espetáculos e ainda cassou os direitos políticos de parlamentares e cidadãos. “O jornalismo político sofreu um duro golpe nesse período. Tornou-se proibido escrever ou falar sobre qualquer coisa que tivesse relação com aqueles que faziam oposição à ‘Revolução’”, afirma Seabra (2006, p.131).

As revistas semanais aparecem justamente neste período de censura: *Veja*, *Istoé*, *Afinal*, entre outras. Os jornalistas destas publicações usavam de artifícios para enganar os censores. Por vezes, conseguiram, mas o comum foi abdicar da cobertura política.

Com a mordida nos grandes veículos, o jornalismo político estava caminhando para o seu fim. Foi neste momento que apareceu a chamada “imprensa alternativa”. Era um jornalismo clandestino, minúsculo e altamente perseguido. Esses jornais mostravam o outro lado da notícia, a versão da oposição.

(...) o caráter real da imprensa chamada alternativa é o de que, na verdade, tratava-se muito mais de fazer um contraponto à imprensa burguesa do que efetivamente substituí-la. É como se, na Era da Ditadura, houvesse necessidade de colocar no papel o substrato de um movimento de contracultura, disperso e fragmentado sim, mas inegavelmente existente nos anos 60 e 70. (*apud*. Abramo, 1988)

A censura se arrastou até o final da década de 70. Os profissionais que trabalharam na clandestinidade trouxeram experiência e um tipo de jornalismo diferenciado. Um texto mais politizado, comprometido com o restabelecimento da liberdade democrática. E foi este novo formato que ajudou o país a retomar o caminho.

O jornalismo político começava a ensaiar os passos para se tornar o que hoje é. Grandes reportagens denunciando esquemas de corrupção dentro do governo começam a pipocar. Matérias que apontavam os erros dos ditadores - e que davam voz aos opositores do regime - ocupavam as manchetes dos jornais e revistas brasileiros.

Os anos 80 vieram para consolidar a retomada da imprensa. “Diretas já”, eleições e morte de Tancredo Neves, posse de José Sarney, os mirabolantes planos econômicos, a Assembléia Nacional Constituinte e a disputa entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo - todos esses acontecimentos agitaram as redações. Mais do que isso, fizeram com que os jornalistas retomassem aquele modelo de produção abandonado durante a censura imposta.

A partir de 1990, começaram a estourar os mega-escândalos. O caso PC Farias, um presidente impedido de governar por decisão democrática (*Impeachment*), os “anões do orçamento”, as denúncias de desvios na época das privatizações, o uso indiscriminado dos cartões corporativos, o esquema do “mensalão”, a “máfia das ambulâncias” e, mais recentemente, a farra das passagens aéreas. Os jornalistas políticos foram adquirindo malícia e se aproveitando da maior transparência para denunciar os esquemas do governo.

2.1.5 Jornalismo Político Contemporâneo

O jornalismo político contemporâneo, ou seja, tal como é hoje, se iniciou após a anistia política e o retorno dos exilados. O repórter acostumado a ouvir apenas duas fontes básicas – governo e oposição – viu-se obrigado a buscar outras tantas no sistema pluripartidário.

A retomada democrática foi no governo do general Figueiredo no final da década de 70. Apesar de militar atuante durante todo o período ditatorial, Figueiredo adotou um modelo menos repressivo, o que refletiu seu modo de governar. No seu governo surgiram vários dos partidos que existem até hoje: PSB, PDT, PFL e PT. Houve também a renascimento do PTB, de Getúlio Vargas, e dos comunistas PCB, PCdoB. Um pouco mais a frente, um racha no PMDB dá origem ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Esse novo momento democrático ainda causava certa estranheza aos profissionais. Era difícil perceber (e aceitar) depois de tantos anos sem liberdade manifestações em favor de alguma causa. Interesses de veículos ainda fortemente ligados aos militares ainda permaneciam.

As “Diretas Já”, movimento popular que pedia eleições diretas para presidente, foi inicialmente ignorada pelos jornalistas em 1984. Na época, um Colégio Eleitoral formado por parlamentares escolhia o presidente da República. “A imprensa, inicialmente apenas alguns jornais, em especial a *Folha de S.Paulo*, mas depois toda ela, anunciou o grande movimento das Diretas”, afirma Seabra (2006, p.135). A *Rede Globo*, que se posicionou ao lado do governo durante todo regime militar, não dava uma nota sequer nos noticiários sobre o movimento. Durante uma manifestação em São Paulo que reuniu 300 mil pessoas, a emissora afirmara tratar-se se uma festa comemorativa do aniversário da cidade. “Somente quando percebeu o forte desgaste na sociedade, com os manifestantes aos gritos de ‘o povo não é bobo, fora *Rede Globo*’, a emissora começou a tratar da campanha – já na reta final da votação da emenda, em 25 de abril”, afirma o jornalista Altamiro Borges em artigo publicado em maio de 2008.

Sem eleições diretas, a grande imprensa apoiou descaradamente o candidato Tancredo Neves. Na disputa do Colégio Eleitoral, ele ganhou de Paulo Maluf e tornou-se o primeiro presidente civil após 21 anos. Tancredo foi um dos políticos mais ativos na transição do regime de exceção. Exerceu uma função de mediador,

dialogando com os lados envolvidos. Além disso, o político gozava de certo prestígio junto aos brasileiros, o que fez com que os jornalistas seguissem a tendência e o apoiassem ao comando na nação. Tancredo Neves faleceu na véspera da sua posse. Sua morte nunca foi verdadeiramente esclarecida – até hoje o caso é alvo de especulações. A mídia, como sempre, deu o tratamento sensacionalista de sempre: emoção, lágrimas e muita tristeza pela perda do “homem que mudaria o país”. No seu lugar assumiu José Sarney.

A cobertura política da década de 80 teve uma peculiaridade. Ainda no final da ditadura militar, a inflação era um problema crescente no cotidiano dos brasileiros. Na época da morte de Tancredo, os números passavam de 200% por ano. Os planos econômicos começaram a aparecer. Todos que assumiam o comando tentavam encontrar uma solução para o problema. Os jornalistas políticos precisaram se adequar a essa nova realidade. Não era mais possível dissociar política de economia – para se realizar uma cobertura de qualidade era preciso entender ambos.

Fim de governo de José Sarney e eleições em 1989. De um lado, o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, fundador do PT. De outro, o jovem “caçador de marajás”, Fernando Collor de Melo. Este último prometia acabar com as mordomias do serviço público. O candidato encheu os olhos da mídia, que novamente tomou partido favorável à Collor. Jornalistas acusaram a *Rede Globo* de ter editado um debate entre os presidenciáveis para favorecer Collor.

A mesma imprensa que levou Collor ao poder foi a mesma que o derrubou. O confisco das cadernetas de poupança um dia após a sua posse demonstrou que o presidente não iria brincar em serviço. A medida teve uma repercussão péssima na opinião pública. Outros inúmeros escândalos se sucederam e, dois anos depois da posse, Fernando Collor foi impedido de governar após o Congresso votar pelo seu *Impeachment*. Em seu lugar assumiu Itamar Franco, que implementou o Plano Real elaborado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O governo Itamar não passou por grandes crises ou escândalos. O Real foi muito bem sucedido e deixou as portas abertas para Fernando Henrique Cardoso assumir.

Se o poder Executivo ia bem, o mesmo não se pode dizer do Legislativo. Em 1993, estourou o esquema dos Anões do Orçamento. Foi a primeira grande crise que o Congresso enfrentou desde a redemocratização. Os parlamentares ainda estavam com a boa impressão deixada pela Constituinte de 1989. Isso tudo vai por

água abaixo com essa crise. Parlamentares elaboravam emendas destinadas a parentes ou laranjas e recebiam uma comissão em cima do valor destinado. A revista Veja foi a primeira a denunciar o esquema graças a uma denúncia do chefe da assessoria técnica da Comissão de Orçamento do Congresso.

Nas eleições de 1994, após o êxito do Real, o peessedebista Fernando Henrique Cardoso assume a presidência. Em seu governo, várias crises se sucederam, seja no campo econômico, seja no político. Em 1998, quando tentava a reeleição, a mídia novamente apoiou o candidato tucano, que foi reeleito.

O ano de 2002 foi histórico para a história política brasileira. Luiz Inácio Lula da Silva venceu o candidato tucano José Serra nas eleições mais democráticas que o país já teve. Apesar de uma parcela elitista da mídia apoiar Serra, a maioria posicionou-se de forma mais neutra. Talvez por isso, o esperado aconteceu: Lula foi eleito. Pela primeira vez, “um esquerdista, pobre e analfabeto” chega ao poder.

O mandato de Lula foi considerado morno durante os três primeiros anos. Ele descobriu que era impossível governar o país da forma radical que se prometia durante o período de oposição. Muitos acabaram se decepcionando com esse governo. A imprensa usa esse argumento até hoje – de que Lula abandonara seus ideais e estabelecera uma política de governo semelhante ao do antecessor.

Porém, foi no último ano de governo (2006) que as coisas mudaram. Estoura no Parlamento o esquema do Mensalão. Deputados, em troca de dinheiro, vendiam os votos para aprovar projetos do governo. Os dois nomes fortes do governo petista, José Dirceu (chefe da Casa Civil) e Antônio Palocci (Ministro da Fazenda) são envolvidos no esquema e saem de cena. Quarenta deputados foram acusados de envolvimento. O processo aguarda finalização até hoje no Supremo Tribunal Federal (STF).

Ainda em 2006, nova campanha midiática para eleger o candidato (agora na oposição) tucano. A bola da vez era o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Sem carisma e popular apenas no estado que comandou, Alckmin conseguiu ir para o segundo turno. Mesmo com toda mídia contrária e com a corrupção no Congresso, Lula se reelege.

O segundo mandato petista é totalmente distinto no primeiro. O Lula crítico da imprensa desaparece. Os programas de governo são ampliados e dão uma guinada na popularidade do presidente. Os grandes jornais criticam o assistencialismo governamental. O Senador do PSDB, Jarbas Vasconcelos definiu bem o

pensamento da elite: “O Bolsa Família é o maior programa oficial de compra de votos do mundo”.

As crises sucessivas no Congresso continuam ocorrendo, mas não afetam a imagem de Lula. A máfia das Sanguessugas, na qual parlamentares desviavam verbas que deveriam ser destinadas para compra de ambulâncias, causa outra grande repercussão na imprensa.

No início de 2009, o presidente atingiu 80% de aprovação popular, o maior índice já alcançado por um governante no Brasil e o maior no mundo atual. Câmara e Senado agonizam com escândalos desmascarados a todo o momento: passagens aéreas, verba indenizatória, nepotismo. Ao longo do ano, a mídia tem acompanhado estes desvios e cobrado punições para seus participantes. É a imprensa cumprindo o papel de cão de guarda da sociedade.

É interessante destacar como a imprensa enxerga os três poderes da República. Constituídas por pessoas comuns, a mídia reflete semelhantemente a opinião da população. Pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), em 2005, mostra que o Legislativo brasileiro é a instância pior avaliada por comunicadores. O Judiciário, por causa da impenetrabilidade e corporativismo, vem na segunda colocação. O Executivo só aparece em terceiro, mas com uma ressalva: na época do levantamento, ainda não tinha estourado os escândalos de corrupção que assolaram o final do primeiro mandato do presidente Lula.

Esses dados são importantes para se determinar o viés empregado na hora da cobertura política. Se o repórter considera a fonte corrupta, ele terá muito mais cuidado na hora da apuração. O dinheiro mais mal-aplicado, segundo os jornalistas, é no Legislativo (80% classificaram como ruim/péssimo). Já a agilidade nas decisões foi pior avaliada no Judiciário, mas seguido de perto pelos deputados e senadores (80% e 78%, respectivamente, optaram por ruim/péssimo). No quesito “honestidade”, os parlamentares são apontados como os mais desonestos – apenas 4% dos entrevistados afirmaram confiar no Congresso.

Um dado curioso da pesquisa é relativo aos gastos públicos. O Executivo, mesmo com um orçamento muito superior ao Legislativo, é considerado menos gastador. Ele também é classificado como o poder que mais trabalha e o mais próximo da população.

O Judiciário, por sua vez, é o poder que mais necessita de uma profunda reforma, além de ser o que mais sonega informações. A complicada linguagem dos advogados e juízes atrapalham o entendimento dos acontecimentos. Além disso, como já citado anteriormente, o Judiciário é uma instância hermética. Isso é claramente refletido no interior das redações. A cobertura jurídica é a menos presente nos jornais e a mais complexa de se realizar.

2.1.6 Direitos Humanos no Brasil

Para se entender o que é o Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) e do que ele trata, é preciso saber o que são os tais Direitos Humanos. O jurista Alexandre de Moraes (2000, p. 19) explica como surgiu o conceito:

Os direitos humanos fundamentais, em sua concepção atualmente conhecida, surgiram como produto da fusão de várias fontes, desde tradições arraigadas nas diversas civilizações, até a conjugação dos pensamentos filosófico-jurídicos, das idéias surgidas com o cristianismo e com o direito natural.

Portanto, os Direitos Humanos são um conjunto de direitos e deveres relativos a todos os seres humanos. São regras básicas universais criadas, a partir das relações comuns entre civilizações, para garantir o convívio harmônico entre todas as pessoas.

O conceito de direitos humanos fundamentais é antigo, como citado por Moraes. Este autor afirma que eles surgiram antes mesmo das primeiras constituições, juntamente com o nascimento do movimento Iluminista, no século XVIII. Ele classifica estes direitos como “uma das previsões absolutamente necessárias a todas as Constituições”. Ou seja, Moraes quer dizer que as constituintes que surgiram posteriormente tiveram como pilares esses preceitos.

No Brasil, durante o governo imperial, apareceram as primeiras menções aos direitos fundamentais. A Constituição Política do Império do Brasil, implementada em 1824, estabelecia as “disposições gerais, e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros”. Já se encontravam os princípios de igualdade, liberdade (de pensamento, religiosa, de ir e vir, etc.) e preservação da vida humana, inclusive dos escravos – como o fim dos açoites e marcações com ferro em brasa. A partir

daí, todas as constituições seguintes tiveram capítulos dedicados ao tema, sempre buscando ampliar os mecanismos de garantia de direitos humanos.

Juridicamente falando, somente houve uma tentativa de se universalizar os direitos humanos após o fim da Segunda Guerra Mundial, para evitar que novas atrocidades fossem cometidas no futuro. A Organização das Nações Unidas (ONU), com ajuda de toda comunidade internacional, elaborou um documento com 30 artigos para serem seguidos por todos os povos do planeta.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promulgada no dia 10 de dezembro de 1948. O documento foi considerado um marco na história do Direito Internacional, tornando-se inclusive matéria obrigatória nos principais cursos de formação na área. Não é à toa que a Declaração é o documento mais traduzido do mundo (375 línguas, segundo a ONU).

Entre os princípios contidos nos direitos humanos, destacam-se: a igualdade, liberdade, fraternidade e o direito à vida, independente do sexo, religião, local, cor, etnia ou língua. A declaração também cita vários pontos inéditos, como a proibição à prisão arbitrária e a “crimes de guerra”, como a tortura, por exemplo. Estas premissas abrangem vários campos da atividade humana, o que torna quase impossível definir limites para a aplicação.

Vale destacar que, mesmo com tanta importância, a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem caráter facultativo e sua execução depende exclusivamente dos países que optam por adotá-la.

No Brasil, os direitos humanos demoraram a serem oficialmente reconhecidos. Somente dez anos após o fim da ditadura militar, houve movimentações para se editar um Plano Nacional dos Direitos Humanos, como forma de assegurar melhor qualidade de vida para os cidadãos brasileiros. Essas movimentações foram inspiradas pela construção da Constituição Brasileira, em 1988. Ainda assim, foram necessários vários anos até a efetiva validação de um plano.

Na verdade, a maioria da população brasileira ainda tem uma visão distorcida do que são os direitos humanos. Há ainda uma estigmatização que tais direitos servem apenas como defesa de bandidos. Pesquisa de 2008 da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) mostrou que são poucos os entrevistados que se incluem dentro das políticas de direitos humanos.

O primeiro PNDH somente foi lançado no ano de 1996, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). O Plano foi construído a partir de uma ampla discussão do Poder Público com a sociedade, por meio de debates e conferências. Na época, o responsável por estimular as discussões era o Ministério da Justiça. Essa primeira versão tinha o objetivo de valorizar a vida, combater o preconceito e a discriminação, além de garantir a liberdade e tentar aprimorar o Judiciário brasileiro. A proposta previa recomendações para serem aplicadas em diferentes épocas.

Seis anos depois, em 2002, ainda sob o comando de FHC, o Brasil ganhou uma atualização do PNDH. Essa segunda versão focou em outros pontos pouco abordados na primeira versão, como o direito à saúde, alimentação, à moradia, à cultura, entre outros. Pela primeira vez, o conceito de Direitos Humanos foi tratado com uma questão intertemática. Além disso, ele também mudou a forma de apresentar as propostas. Em vez de ações à curto, médio e longo prazo, o PNDH II previa ações anuais e com datas definidas.

No governo do presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva, sete anos depois (2009), é lançada a 3ª edição do PNDH. Novamente, o Plano foi discutido com a sociedade por meio de conferências, dessa vez com maior participação. Várias representações de minorias reuniram-se para debater direitos e deveres para, ao final, criar encaminhamentos para a consolidação do PNDH III. A organização ficou a cargo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, criada exclusivamente para tratar do tema Direitos Humanos no país. Por isso, é possível afirmar que a 3ª atualização foi a maior, mais discutida e mais longa. Houve também uma mudança nas ações propostas: as recomendações envolvem sempre mais de um ministério. No geral, ele propõe atuações interdependentes, que necessitam de muito esforço conjunto para saírem do papel.

Mesmo com tanto debate, o novo PNDH parece ter tocado em pontos complexos. De fato, a proposta pecou em ouvir apenas as minorias, esquecendo dos principais afetados por determinados encaminhamentos. O resultado foram proposições polêmicas e rigorosas, que causaram furor em determinados setores da sociedade, especialmente os militares, agricultores, clérigos, empresários e a imprensa. Entre questões chaves que vem sendo criticadas encontra-se o chamado “controle social” da mídia, a reforma agrária, a legalização do aborto, a revisão da Lei de Anistia e sanções para empresários que não respeitam os direitos de

funcionários. Outra novidade presente nas linhas do Plano é a criação de uma comissão para investigar crimes cometidos durante a ditadura militar, o que também causou reações furiosas por parte das Forças Armadas. A imprensa deu pouca atenção ao Plano no lançamento. Só houve cobertura quando determinados segmentos sociais se manifestaram, conforme explica a jornalista Lília Diniz, em artigo publicado no dia 26 de março de 2010, no Observatório da Imprensa:

Depois de uma cobertura tímida logo após o anúncio do programa, em dezembro do ano passado, no início de janeiro os meios de comunicação despertaram para a importância do tema e promoveram um estardalhaço em torno do assunto.

O pesquisador da Universidade de Brasília (UnB), Venício de Lima, em artigo publicado no Observatório da Imprensa, confirma o que Diniz explana e vai mais além: “foi assustadora e violenta a articulada reação dos setores mais conservadores da sociedade brasileira ao III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)”. Segundo ele, estes setores massificaram as críticas como se fosse a voz uníssona da sociedade:

Assustadora, sobretudo, porque revela de forma inequívoca a imensa capacidade de manipulação da linguagem e dos fatos que a grande mídia ainda detém, escamoteando interesses corporativos e/ou privados que são, na verdade, o oposto daquilo que simulam ser.

Polêmicas a parte, desde a edição do primeiro PNDH, pode-se dizer que o país avançou bastante em relação a preservação dos direitos. O antigo modelo prisional popularizado pela Febem, por exemplo, está sendo gradualmente substituído por unidades de internação com escolas e condições necessárias para tentar recuperar o adolescente infrator. Outro grande avanço é a conscientização da população quanto aos crimes de exploração e abuso sexual infantil. Diariamente, milhares de pedófilos e exploradores são denunciados e presos. Não dá para deixar de citar também a conquista dos direitos dos homossexuais – atualmente, eles são mais respeitados e aceitos do que há 20 anos. Enfim, estes são apenas algumas das muitas melhorias que o Brasil obteve com a garantia dos direitos humanos da população brasileira. Certamente, há muito que se fazer, mas o país vai caminhando para melhorar dia após dia.

2.2 Metodologia

Esta pesquisa será desenvolvida com base na metodologia de análise comparativa de conteúdo quanti e qualitativamente. Tal método foi escolhido por melhor se enquadrar na proposta do autor: avaliar e confrontar a cobertura feita pelos jornais selecionados sobre determinado assunto. Para Herscovitz (2007, p. 126), a definição de análise de conteúdo jornalística é:

Método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos, enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação.

O método, portanto, se enquadra na proposta do trabalho. Haverá a coleta e uma avaliação posterior dos textos para, então, serem tecidas conclusões diante dos critérios previamente estabelecidos.

No primeiro momento, serão selecionadas as capas dos dias subseqüentes ao lançamento do Plano. Depois, o texto das páginas internas serão separados e dissecados um a um. Isto será feito com os três jornais propostos para observar-se a diferença entre as matérias. Após esta etapa, serão comparados para se buscar a resposta para o problema de pesquisa. Todos os jornais compreendidos entre os dias propostos foram vasculhados a procura de matérias que abordassem assuntos referentes ao Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH).

Os jornais foram escolhidos devido ao seu tamanho e abrangência de público. Os três são considerados de grande importância no cenário nacional: influenciam e pautam todos os outros veículos de imprensa menores. *O Globo* e *Folha de S.Paulo*, apesar de localizarem-se no Sudeste, possuem sucursais em Brasília, e, portanto realizam cobertura própria, sem depender das agências noticiosas. Já o *Correio Braziliense* é um jornal da capital federal e também realiza cobertura política. Este critério foi levado em conta para evitar que tais jornais pudessem responsabilizar as agências por uma eventual falta de informações. Vale destacar que apenas serão consideradas as matérias dos jornais. Notas, colunas e opiniões serão desprezadas devido ao objetivo da pesquisa, que foca na cobertura factual.

Na análise comparativa serão considerados fatores como: o espaço ocupado na capa, a disposição na página interna, os recursos visuais empregados e,

obviamente, o conteúdo da mensagem. Laurence Bardin (1991, p.160) nos fornece subsídios necessários para a análise dos conteúdos propostos. Ela define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Partindo da definição de Bardin, podemos inferir que a análise de conteúdo é utilizada quando se quer ir além da leitura simples. É a busca por algo que não está explícito no texto. As matérias jornalísticas, ainda que ditas isentas, costumam carregar certa dose de inclinação do repórter. Ferreira (2003) amplia a proposta de Bardin:

Aplica-se a tudo que é dito em entrevistas ou depoimentos ou escrito em jornais, livros, textos ou panfletos, como também a imagens de filmes, desenhos, pinturas, cartazes, televisão e toda comunicação não verbal: gestos, posturas, comportamentos e outras expressões culturais.

Como se pode notar, Ferreira foca na análise jornalística. Em sua tese, ela define a aplicabilidade da técnica para todas as formas de manifestação midiática – desde as entrevistas e escritos até a comunicação não-verbal. Aí está a importância do método não ficar apenas no âmbito visível, mas aprofundar nas mensagens subentendidas presentes nas entrelinhas. Além disso, toda a composição precisa ser levada em conta, pois há maneiras de se passar informações sem estar necessariamente contida no texto. Vale aquela máxima de que, às vezes, uma imagem vale mais do que mil palavras. Jornalistas sabem muito bem disso e usam sem medo este artifício.

2.2.1 Coleta de dados

Os veículos de comunicação estudados foram as edições entre os dias 22 de dezembro de 2009 e 12 de janeiro de 2010, dos jornais *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *Correio Braziliense*. O período compreende as três primeiras semanas após o lançamento do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), onde a primeira data corresponde ao dia seguinte ao lançamento, e a última, quando todos os três jornais

propostos “declararam guerra” ao assunto. O lançamento do PNDH foi realizado no Salão Negro do Ministério da Justiça, em Brasília (DF). Teve a participação de inúmeras autoridades, entre as quais estavam o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a pré-candidata petista às eleições, Dilma Rousseff, o vice-presidente, José Alencar, e o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. Nos quadros a seguir estão dispostas as matérias de acordo com os critérios estabelecidos na metodologia. Os dias que não aparecem nos quadros significa que nenhum dos três jornais publicou matéria sobre o assunto.

Dia 22 de dezembro de 2009			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Imagem enorme, ocupando 3/4 da dobra superior. A chamada é a própria legenda, dando ênfase a ausência da peruca de Dilma. A foto mostra a ministra enxugando as lágrimas.	Imagem de quase meia página, localizada na dobra inferior, centralizada na página. Foto e chamada dando ênfase ao choro Dilma Rousseff e ao fato dela estar sem a peruca	Imagem enorme e centralizada, que ocupa a maior parte das duas dobras do jornal. A ênfase da chamada e da foto é a aparição da futura candidata à presidência da República, Dilma Rousseff, sem peruca.
Página Interna	O texto está na página 8 e ocupa a metade direita da página. Já as fotos ocupam a parte superior esquerda.	Localizada no fim do caderno, página 18. Ao todo, duas matérias ocupam a página quase que inteiramente.	A matéria está logo na página 3, ocupando toda a dobra superior da página.
Recursos Visuais	Três fotos de Dilma, mostrando os três estágios da quimioterapia. Não há outros recursos além destas imagens.	Duas fotos de Dilma: uma chorando e outra sorrindo. Há duas fotos do presidente Lula e do vice, José Alencar, também chorando. Um box destaca a matéria principal.	Fotos de Dilma em três estágios: antes, durante e depois da quimioterapia. Há um pequeno box para explicar sobre a amiga de Dilma, Inês, que participou da cerimônia.
Conteúdo	O lide da matéria é o aparecimento de Dilma sem peruca pela primeira vez depois do tratamento. O resto do texto foi complemento do lide, com citações de falas. Num segundo texto alguns pontos do Plano são vagamente citados, focando na questão da Comissão da Verdade.	O lide da matéria é o aparecimento de Dilma sem peruca. O restante relata o clima de emoção que tomou conta da ministra e do bom humor do presidente Lula. Não há nada sobre o conteúdo do PNDH	O lide e o corpo da matéria são sobre a emoção da ministra e a aparição sem peruca. O restante se constitui de inferências políticas sobre a candidatura de Dilma à presidência. Não há nada sobre o conteúdo do PNDH

Dia 24 de dezembro de 2009			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Não há matéria sobre o assunto neste dia	Não há matéria sobre o assunto neste dia	Nenhuma referência na capa
Página Interna			Matéria localizada na página 8, capa do caderno Brasil. O texto quase a página inteira.
Recursos Visuais			Uma grande foto ocupa o centro da página. Logo abaixo, um quadro mostra alguns pontos de um documento enviado por uma instituição.
Conteúdo			Repercute o conteúdo do plano com especialistas como gancho para tecer críticas negativas. Não há destaque para nenhum positivo do PNDH no texto. No último parágrafo, a única opinião favorável é da OAB.

Dia 30 de dezembro de 2009			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Chamada pequena localizada no canto inferior esquerdo da página. Contém título, lide e sublide, sem uso de imagens.	Chamada localizada na dobra superior ao lado da foto principal e logo abaixo da manchete. Contém título, sutiã e lide.	Não há matéria sobre o assunto neste dia
Página Interna	Matéria única na página 5, localizada abaixo da opinião de Elio Gaspari e em meio à publicidades. O texto é alinhado à esquerda.	Matéria em destaque na página 3. Cerca de ¾ da página são de assuntos referentes ao Plano.	
Recursos Visuais	Apenas uma foto, localizada logo ao lado do título. Na imagem, o ministro da Defesa cumprimenta os comandantes das Forças Armadas.	Fotos dos protagonistas da discórdia: o ministro dos Direitos Humanos e o das Forças Armadas. Há um box contendo explicações sobre a briga entre os ministros.	
Conteúdo	O lide da matéria é a ameaça de demissão dos comandantes da Forças Armadas. A matéria demonstra o clima de “tensão” dentro do governo, mas tudo na base da especulação.	A matéria mostra a queixa dos militares em relação a um ponto do PNDH. Segundo o repórter, houve tentativa de entrevistar o ministro da SEDH. Ouviram também a opinião de um deputado federal favorável aos militares	.

Dia 31 de dezembro de 2009			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Chamada localizada na parte superior da dobra inferior. Possui título, lide e sublide apenas. Tudo fica à direita da principal foto do jornal.	Chamada média, localizada na dobra inferior do jornal, logo abaixo da manchete. Presença de título, subtítulo e lide.	Chamada curta localizada à esquerda da dobra inferior. Não há destaque ou foto – apenas o título e o lide.
Página Interna	Matéria única da página 4. Não fosse a coluna "Painel", à esquerda, ela ocuparia a página inteira.	Matéria em destaque na página 3. Toda a página é preenchida por pequenos textos e repercussões sobre o PNDH.	Matéria única localizada na página 3, na dobra superior do jornal. Abaixo dela, apenas uma propaganda.
Recursos Visuais	Apresenta uma foto do ministro da Justiça, no centro da página, com cara de preocupação. Logo abaixo, há um quadro com os principais pontos de discordância do Plano. Na parte inferior da página, há dois olhos com falas do ministro dos Direitos Humanos e de uma militante favorável ao PNDH.	Uma foto enorme do ministro da Justiça ocupa mais da metade da dobra superior. Mais abaixo fotos de dois apoiadores do Plano. No canto direito da página, destaque para falas dos personagens citados no texto.	Uma foto de Jobim ao lado do título da matéria. Há também um olho com a fala do subsecretário de Direitos Humanos se defendendo das críticas dos militares.
Conteúdo	São duas matérias. A primeira relata a “crise” criada no Governo por causa do PNDH e a atuação de Lula no caso. A segunda é uma entrevista com o ministro dos Direitos Humanos para se defender das críticas dos militares.	A matéria principal foca nas reclamações dos militares. O ministro da Justiça aparece tentando apaziguar a situação. A SEDH não é ouvida, mas movimentos e organizações favoráveis à manutenção do PNDH são.	A matéria fala sobre um ponto específico do PNDH, que desagradou aos militares. Todo o restante é desenvolvendo contraponto a SEDH e as Forças Armadas. Ambos os lados foram ouvidos.

Dia 1 de janeiro de 2010			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Não há matéria sobre o assunto neste dia	Não há chamada na capa	Não há matéria sobre o assunto neste dia
Página Interna		Localizada no canto direito da dobra inferior. Aparece como uma única coluna, em meio a outras matérias que nada tem haver com o assunto e sem destaque.	
Recursos Visuais		O único recurso utilizado é o sutiã. No mais, não há imagens ou boxes.	
Conteúdo		O foco do texto é a revisão da Lei de Anistia, um dos tópicos do Plano. Toda matéria é baseada na posição de uma única fonte militar contrária ao PNDH. Não há outras fontes e a SEDH, principal envolvida, também não foi ouvida.	

Dia 2 de janeiro de 2010			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Não há chamada na capa	Dobra inferior, centralizada e próxima ao pé da página. A chamada vem acompanhada de um pequeno texto com a página apenas. Não há fotos.	Não há matéria sobre o assunto neste dia
Página Interna	A matéria é pequena, localizada no canto esquerdo superior da dobra inferior da página. O texto está em meio a outros de variados assuntos	Topo da página 4, logo abaixo do cabeçalho do jornal. A matéria ocupa toda a largura do jornal, mas menos da metade da dobra superior.	
Recursos Visuais	Não foi utilizado recurso algum: nem fotos, nem boxes, apenas texto.	Não há fotos, ilustrações, boxes ou qualquer outro recurso visual.	
Conteúdo	A matéria é tão simples que sequer foi assinada por algum repórter. O texto é uma mera reprodução da entrevista de Vannuchi para a Agência Brasil, em que afirmou não ter qualquer intenção de anular a Lei de Anistia e que a Comissão que será criada iria beneficiar os militares.	A matéria parece ser uma “resposta” ao texto provocativo publicado pelo jornal no dia anterior. Houve mera reprodução de uma entrevista do ministro da SEDH concedida à Agência Brasil. O conteúdo inteiro é composto por falas e explicações de Vannuchi.	

Dia 4 de janeiro de 2010			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Não há matéria sobre o assunto neste dia	Não há chamada na capa	Não há matéria sobre o assunto neste dia
Página Interna		Localizada no pé da página 3, logo abaixo da entrevista com o ministro da Justiça. Ocupa quatro colunas de largura.	
Recursos Visuais		Todo texto está inserido dentro de um box para demonstrar a mudança de assunto. Não há imagens.	
Conteúdo		Mudança de foco na fonte: sai a SEDH e as Forças Armadas, entra o ministro da Justiça. Porém, o conteúdo é novamente constituído por afirmações e explicações de Tarso Genro, que adotou uma postura “em cima do muro”.	

Dia 6 de janeiro de 2010			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Não há matéria sobre o assunto neste dia	Não há chamada na capa	Não há matéria sobre o assunto neste dia
Página Interna		Localizada à direita da dobra superior, alinhada como coluna única. Ocupa quase metade da página verticalmente.	
Recursos Visuais		O texto está inserido em um box para destaque. Não há imagens nem qualquer outro recurso.	
Conteúdo		A matéria é uma reprodução de uma nota emitida por entidades militares que criticam a criação da Comissão da Verdade. Ela está inserida em um texto que trata de assunto completamente diferente. Não há fontes e nem menção direta ao PNDH ou à SEDH. O texto não tem autoria.	

Dia 7 de janeiro de 2010			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Não há matéria sobre o assunto neste dia	Não há matéria sobre o assunto neste dia	Não há chamada na capa
Página Interna			Matéria localizada na página 7. Ocupa a dobra superior na sua totalidade.
Recursos Visuais			Imagem do ministro da Defesa rodeado por militares. Há um olho para explicar a Lei de Anistia e um box para ressaltar outros pontos de discussão do Plano.
Conteúdo			A matéria destaca a intromissão do Congresso na questão, com a convocação dos ministros da Defesa e dos Direitos Humanos para explicar a suposta revisão da Lei da Anistia. No fim, um espaço para críticas dos militares à proposta.

Dia 8 de janeiro de 2010			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Notinha curta (um parágrafo) localizada à esquerda da dobra inferior. Não há imagens ou qualquer destaque especial.	No centro superior da página. Os dois parágrafos ganham destaque devido ao infográfico e à imagem do presidente Lula chorando.	Não há matéria sobre o assunto neste dia
Página Interna	A matéria é a única na página 6. Divide espaço apenas com uma publicidade que ocupa mais da metade da página.	Duas páginas sobre o PNDH. A primeira ocupa a página 3 inteira. Na segunda, página 4. Ocupa 1/3 da página.	
Recursos Visuais	Não faz uso de imagens. Há apenas um quadro localizado à direita da página que lista as “polêmicas” do PNDH com os militares e, agora, com a Igreja.	Na página 3, um enorme infográfico ocupa o centro da página. Duas fotos pequenas completam o aspecto visual. Um box no canto direito relembra o dia do lançamento. Na página seguinte, dois olhos ao lado de duas fotografias são usados para destacar a fala das fontes.	
Conteúdo	O texto usa a posição da Igreja como gancho para criticar o plano. O repórter vai enumerando os argumentos levantados pela Igreja Católica. A SEDH não se pronunciou. Numa segunda matéria, críticas dos agricultores ao PNDH, em especial na parte que trata da reforma agrária.	Texto altamente crítico e opinativo sobre o PNDH. Em linhas gerais, o jornalista atrela o plano às eleições de 2010. Apresenta trechos vagos, fora do contexto. A explicação melhor está no infográfico. Já a matéria da página 4 serviu para repercutir com as partes favoráveis ou contra o Plano.	

Dia 9 de janeiro de 2010			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Principal manchete do jornal, localizada na dobra superior. Não há fotos, mas a chamada está no centro da página, abaixo da imagem de outra matéria que ocupa boa parte da dobra.	Principal chamada da capa, localizada na dobra superior. Não há imagens. Um box e as letras garrafais dão a ênfase à chamada.	Não há chamada na capa
Página Interna	São 3 páginas de matérias. A primeira é logo na página 4, capa do caderno Brasil. Ela divide espaço apenas com a coluna "Painel". As seguintes ocupam as páginas 6 e 7 solitárias, dividindo espaço apenas com a publicidade.	A matéria da página 3 ocupa $\frac{3}{4}$ da página principal, a partir do cabeçalho. Já a página 4 ocupa a metade superior direita do jornal, praticamente meta de página.	A matéria é a única da página 7, mas divide espaço com uma propaganda enorme. O texto está alinhado em uma coluna única à esquerda da página.
Recursos Visuais	Na primeira, uma imagem do ministro da Agricultura explicando algo durante evento. Na segunda, foto do ministro dos Direitos Humanos segurando o PNDH nas mãos enquanto discursa. Na terceira, um quadro com os principais pontos de conflito do Plano com setores.	A página 3 apresenta as imagens de dois ministros divergentes: da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Há um box com um retrospecto do assunto e outro com críticas de entidades ao PNDH. A página 4 tem uma foto e um box.	Apenas uma imagem do ministro da Agricultura, Reynold Stephanes, que é contra o PNDH. Há também um olho para destacar um pedido de suspensão do decreto feito por um senador.
Conteúdo	O lide da primeira matéria marca a posição contrária do ministro da Agricultura ao PNDH. A partir daí todo o texto é elaborado com base nas críticas que o programa vem recebendo de diversos setores. A segunda matéria é uma "defesa" de Vannuchi lembrando que houve tempo para mudar e discutir o PNDH. A terceira é a mais completa, pois discute vários tópicos do plano.	O lide expõe as divergências dentro do governo sobre o PNDH. O foco é a reforma agrária e os movimentos sociais. Ao longo do texto são dispostas as opiniões contrária de ministros do governo. A SEDH foi ouvida no final. Entidades de comunicação também aparecem reclamando do Plano. Por fim, na página 4, há críticas negativas de cientistas políticos ao Plano.	O lide são as divergências provocadas pelo PNDH devido ao abrangente rol de áreas que agrupa. A matéria é construída com base das críticas feitas por instituições sobre determinados pontos do plano. A repórter mencionou a nota divulgada pela SEDH para esclarecer o ocorrido.

Dia 10 de janeiro de 2010			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Manchete do jornal. A chamada vem logo na dobra superior, bem no centro da página e em letras garrafais. Há sutiã, lide e sublide.	Não há matéria sobre o assunto neste dia	Não há chamada na capa
Página Interna	A matéria ocupa metade da página 7. A outra metade é preenchida pela publicidade. Todo texto está localizado na dobra superior.		A matéria ocupa as páginas 6 e 7. Porém, caberia facilmente em apenas uma, não fosse a imensa propaganda que ocupa $\frac{3}{4}$ das duas páginas.
Recursos Visuais	Entre o texto e o título há uma foto do ministro dos Direitos Humanos gesticulando durante a apresentação do PNDH. Na direita, um quadro relembra os pontos de discórdia do Plano.		Uma imagem de Dilma com cara de preocupação é a única imagem que estampa a matéria. Há um quadro que lista todas as ações do Estado para “revisar atos do regime militar”.
Conteúdo	A matéria relata a ameaça de demissão do ministro dos Direitos Humanos, caso o PNDH seja alterado. Todo o restante do texto é dedicado a defesa do Plano e rebate as críticas feitas por setores sociais.		A matéria tenta mostrar que o PNDH é de uso eleitoreiro. Mostra também um posicionamento de preocupação dos militares por uma suposta tentativa de revanche. A outra parte do texto explica o protagonismo de Dilma nessa situação.

Dia 11 de janeiro de 2010			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	<p>Manchete do jornal. A chamada está posicionada no centro da página, na dobra superior, logo abaixo de uma foto de outra matéria.</p> <p>Presença de lide, sutiã e sublide.</p>	<p>Abaixo da manchete, alinhada a direita. A chamada fica entre a dobra inferior e superior.</p> <p>Não há imagens, apenas sutiã e lide.</p>	<p>Não há chamada na capa</p>
Página Interna	<p>São duas páginas. A primeira e principal está na página 4, capa do caderno Brasil. A matéria ocupa a página inteira, dividindo espaço apenas com a coluna “Painel”.</p> <p>A segunda ocupa a metade superior da página, dividindo espaço com propagandas.</p>	<p>A matéria ocupa a metade superior da dobra do jornal, logo na página 4. Abaixo dela, apenas propagandas e uma matéria sobre a apresentadora Hebe.</p>	<p>A matéria ocupa 1/3 da página 7. Ela está localizada à esquerda da dobra superior do jornal. Ao lado, previsão do tempo; Abaixo, matéria sobre moda e resultado da loteria.</p>
Recursos Visuais	<p>Na primeira matéria há uma foto de Dilma, Lula e autoridades no lançamento. Abaixo, um quadro que lista as principais polêmicas com os militares. Na outra, há um quadro com a imagem do ministro da Defesa e uma breve “linha do tempo”.</p>	<p>Há duas fotos: uma do ministro dos Direitos Humanos e outra do ministro da Defesa. Ambas estão dispostas lado a lado para evidenciar a “rivalidade”.</p>	<p>Há uma foto do ministro dos Direitos Humanos como se tentasse explicar o PNDH. Logo abaixo, um quadro com os grandes entraves do Plano junto à certas instituições.</p>
Conteúdo	<p>A primeira matéria mostra o impasse criado dentro do governo e os desafios que precisam ser superados para se encontrar o consenso. O texto sinaliza que pode haver mudanças no PNDH. A segunda ouve o lado dos que defendem a manutenção do Plano sem alterações.</p>	<p>O foco da matéria é a fala do presidente Lula de que a Lei de Anistia é assunto da Justiça e não da SEDH. O restante do texto apresenta argumentos de Vannuchi e de Jobim. No final, um trecho cita o ponto que prevê a adoção de crianças por casais homossexuais.</p>	<p>Primeira matéria do jornal que abre espaço para os defensores do PNDH. Nela, várias instituições posicionam-se favoráveis a implementação total do Plano. O texto também compara as posições favoráveis com as contrárias.</p>

Dia 12 de janeiro de 2010			
	Folha de S.Paulo	O Globo	Correio Braziliense
Capa	Chamada simples localizada no topo da página, no canto esquerdo da dobra superior. Há apenas o título e o lide, mas a posição - ao lado de uma foto de um manifestante sendo reprimido pela polícia chama atenção.	Manchete do jornal, localizada no topo da dobra superior – logo abaixo do cabeçalho. Um box, aliado às letras garrafais, ajudam no destaque. Há retranca, lide, sublide e sutiã.	Não há chamda na capa
Página Interna	Quase $\frac{3}{4}$ da página 4 é dedicado ao tema. Novamente o assunto é capa do caderno Brasil e divide espaço com a coluna “Painel”.	A página 3 inteira é dedicada ao assunto. Já a página 4 ocupada a metade direita da página.	Diagramação bem parecida com o dia 9. Localizada na página 3, o texto da matéria é disposto em coluna única alinhada à esquerda.
Recursos Visuais	Apenas dois: uma imagem no centro da matéria de Lula e Dilma conversando. Há também um olho para lembrar que o presidente da República defendeu a criação da Comissão da Verdade.	Uma imagem enorme do presidente Lula ocupa o centro da página. Logo abaixo, um infográfico mostra os principais pontos de discórdia. Um box no canto direito lembra a posição do ministro da SEDH. Na página 4, uma foto de uma fonte e um box completam a matéria.	A foto é parecida com a do dia 9. Porém, dessa vez, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, tem os dedos em forma de “V” em vez da mão estendida. Ao lado da imagem, um olho explica que a reunião foi a primeira após as férias dos ministros.
Conteúdo	A matéria mostra que o presidente pedirá revisão do trecho que trata do aborto, um dos pontos de maior polêmica. No entanto, outros pontos ficarão inalterados, diz o texto. Há uma pequena coluna que lembra que estes assuntos já foram discutidos na Câmara – sem sucesso.	A matéria principal explora a dificuldade de Lula em conciliar os interesses conflitantes dentro do governo. Na página 4, há uma promessa do presidente de mudar o decreto no que diz respeito ao aborto e uma repercussão com membros da igreja apoiando a decisão.	A matéria foca na reunião convocada por Lula, que supostamente seria para mediar a divergência entre os ministros sobre o PNDH. Porém, o repórter afirma que o Palácio do Planalto não confirma essa pauta na reunião.

2.2.2 Tratamento dos dados

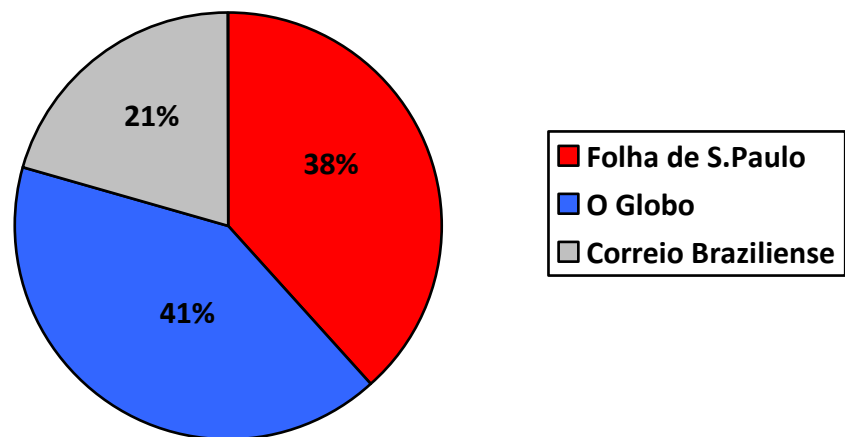
Tendo dispostas as matérias nos quadros por data, dar-se-á prosseguimento ao tratamento destas informações. A meta é verificar como se deu a cobertura política do lançamento da 3ª Edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) desde o lançamento, no dia 21 de dezembro de 2009 até a terceira semana após, no dia 12 de janeiro. Todas as matérias foram verificadas materialmente, ou seja, no próprio jornal.

Para a classificação serão utilizadas 3 categorias delimitadas:

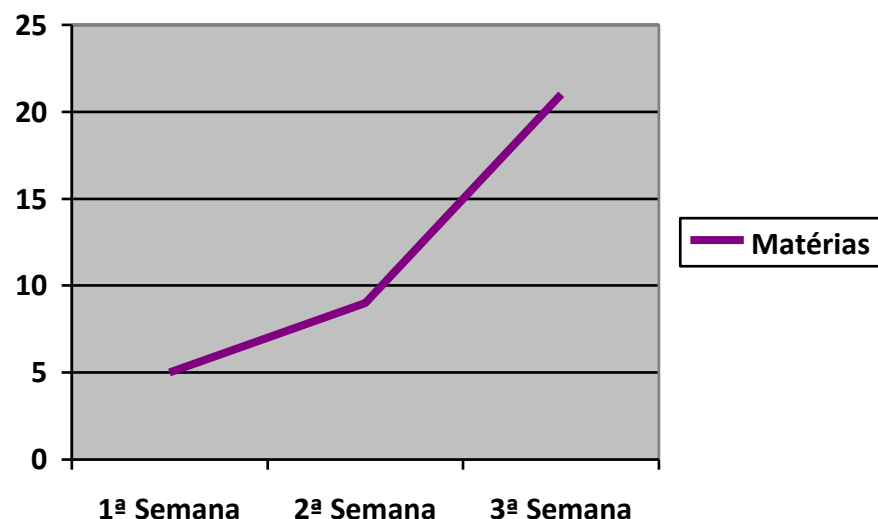
- Pós-lançamento: compreende a primeira semana após o lançamento da 3ª Edição do PNDH.
- Período de assimilação: compreende a segunda semana. É quando as primeiras matérias críticas começam a surgir. Essa nomenclatura foi adotada devido a ainda lenta repercussão do PNDH. Jornalistas e sociedade ainda estavam em processo de conhecimento do Plano.
- Período de polemização: engloba a terceira semana após o lançamento, na qual os jornais resolveram intensificar as discussões sobre o PNDH. Após a assimilação do conteúdo, deu-se início as reações dos setores sociais.

Somando todas as matérias publicadas nos três jornais chegou-se ao total de 35 matérias durante os 21 dias analisados. O jornal *O Globo* foi o primeiro colocado com 16 matérias, seguido pela *Folha de S.Paulo* com 15 matérias. Já o *Correio Braziliense* aparece em último com 8 matérias estampadas nas suas páginas. Numa análise prévia, é possível notar que o jornal candango foi o que menos “comprou briga” com as partes envolvidas. Veja no gráfico da página a seguir.

Total de matérias publicadas por veículo

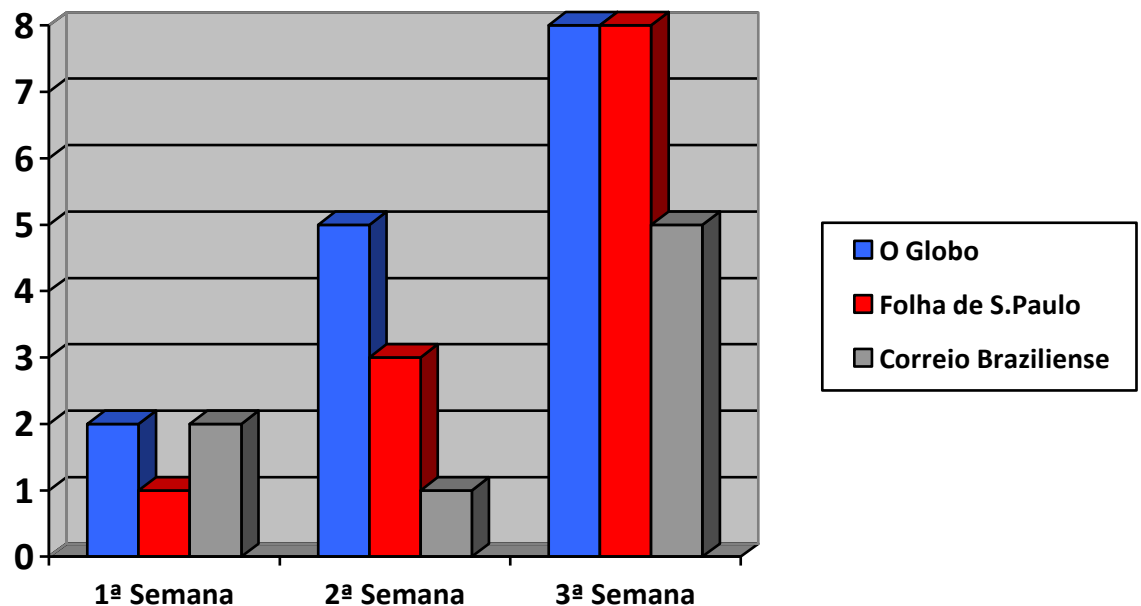


O gráfico a seguir mostra o salto que o número de matérias deu entre a primeira a terceira semana. Como pode-se perceber, as duas primeiras semanas tiveram poucos textos sobre o PNDH. Se somadas, sequer chegam ao total do período de polemização. Isso mostra que certos fatores – que serão discutidos à frente – convergiram para propiciar esse aumento. Ouve alguma situação que obrigou os jornais a tomarem uma postura.

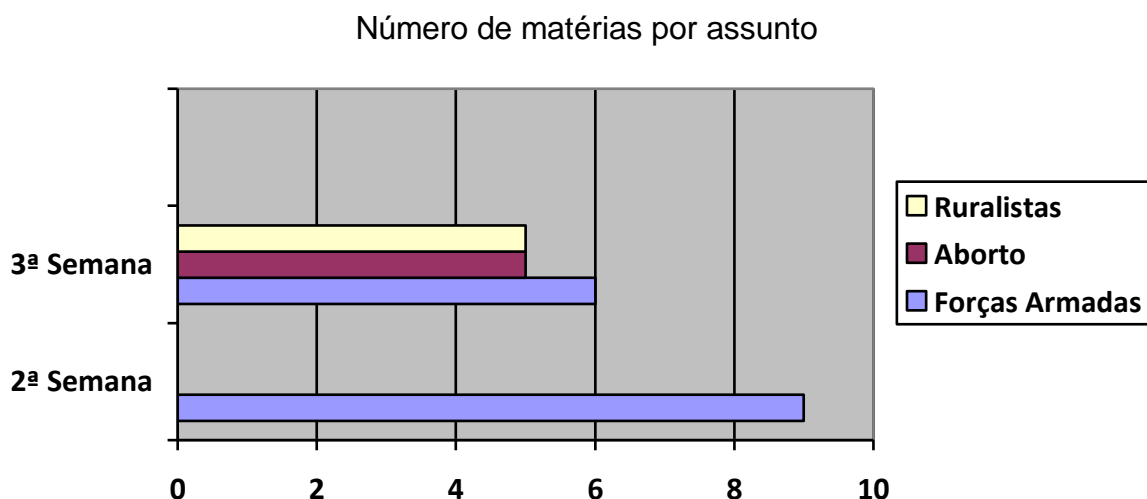


No próximo gráfico está disposta a evolução de matérias de cada jornal por semana. É possível notar que *O Globo* não perde em nenhum dos cenários: empate no primeiro e terceiro e vitória com folga no segundo. A *Folha de S. Paulo*, ao contrário, não ganha em nenhum dos cenários. O melhor resultado do jornal

paulistano é o empate na terceira semana. Já o *Correio Braziliense* também segue a mesma tendência da *Folha*, com um empate na primeira semana e nenhuma vitória.



Há três temas recorrentes em todas as matérias: Forças Armadas (Lei de Anistia, Comissão da Verdade), Aborto (descriminalização) e questões ruralistas (Reforma Agrária, prisão para incentivadores do trabalho escravo, metas de produção, etc). Claro que algumas matérias citam outros pontos, mas os lides são todos baseados nesses três assuntos. O gráfico na próxima página mostrará a divisão destes assuntos em cada semana. Inicialmente, apenas as Forças Armadas são a voz dissoante. Somente lá na terceira semana que outras instituições e setores sociais começam a reclamar. Algumas matérias não focam em um tema específico, por isso não entram no gráfico. Na primeira semana apenas o Correio Braziliense repercutiu o Plano (sem focar em ponto específico), por isso ela também será excluída.

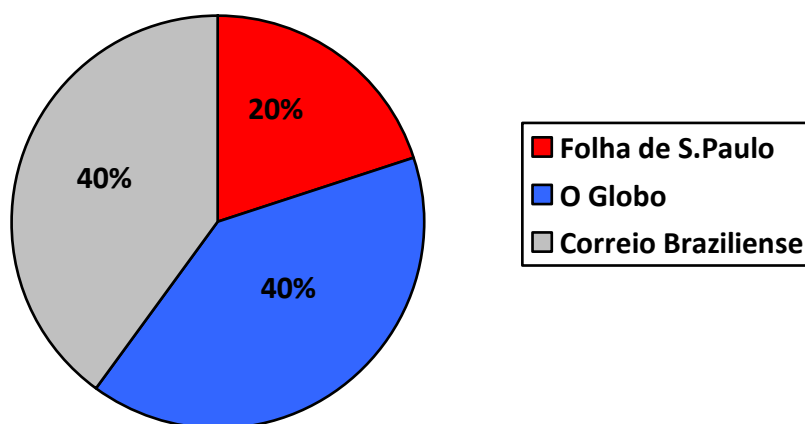


É possível notar dois momentos distintos: um completamente dominado pelos temas militares e outro em que variados temas dividem a atenção do leitor. Mais a frente, quando for analisado o período de Polemização, as causas para esta mudança de foco será mais bem discutida.

Pós-Lançamento

Na primeira semana após o lançamento, apenas 5 matérias foram publicadas. *O Globo* e *Correio Braziliense* empataram com 2 matérias cada. A *Folha* teve apenas uma. Observe a proporção no gráfico a seguir.

Total de matérias publicadas na primeira semana



A *Folha de S. Paulo* e *O Globo* deram notícia apenas no dia 22 de dezembro, o dia logo após a cerimônia de lançamento. Porém, *O Globo* estampou duas matérias em vez de uma só, como fez a *Folha*. O *Correio Braziliense*, por sua vez,

também deu matérias no dia pós-lançamento, mas publicou uma repercussão no dia 24 de dezembro – ouviu especialistas para discutir determinados pontos do PNDH.

É interessante ressaltar que apenas um dos veículos publicou as ações previstas no Plano no dia seguinte ao do lançamento. Apenas o jornal *O Globo* citou o lançamento do PNDH e algumas ações previstas nele. Só houve aprofundamento no tópico da criação da Comissão da Verdade. Apesar disso, todos os três deram como lide a aparição de Dilma Rousseff sem peruca e esqueceram de se atentar ao verdadeiro motivo pelo qual foram convidados. No final das contas, a então ministra-chefe da Casa Civil roubou a cena e estampou a capa dos três jornais.

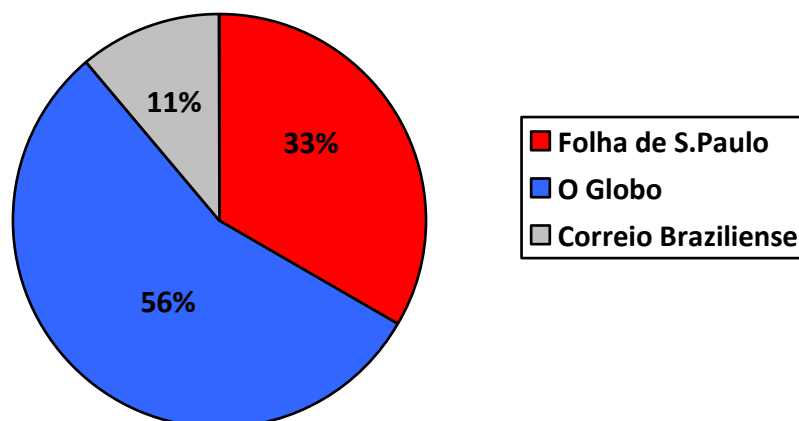
Uma característica comum das matérias pós-lançamento é o uso da emoção no texto. Nas três matérias, os repórteres optaram por mostrar um lado sentimental da “durona” Dilma, que chorou várias vezes durante a cerimônia ao relembrar momentos de tortura vividos durante o regime ditatorial. Isso também pode ter sido um dos fatores de desvio da atenção.

A capa e o conteúdo do *Correio Braziliense* não fizeram qualquer menção ao lançamento do PNDH. Falava apenas em Prêmio Direitos Humanos, que é uma honraria concedida anualmente a pessoas e instituições que se destacam na defesa dos Direitos Humanos. O mesmo ocorreu com a *Folha*. Os repórteres podem ter sido mal-pautados ou os editores podem ter mutilado parte da matéria por achar que um plano que trata de direitos humanos não seja importante – dentre outras causas.

Assimilação

Passando para a segunda semana, percebe-se um aumento no número de matérias, passando para 9 no total. O carioca *O Globo* é unânime com 56%, o que representa 5 matérias. A *Folha* passa o *Correio Braziliense* e fica em segundo com 3 (33%). O diário candango é o último com apenas 1 matéria publicada.

Total de matérias publicadas na segunda semana



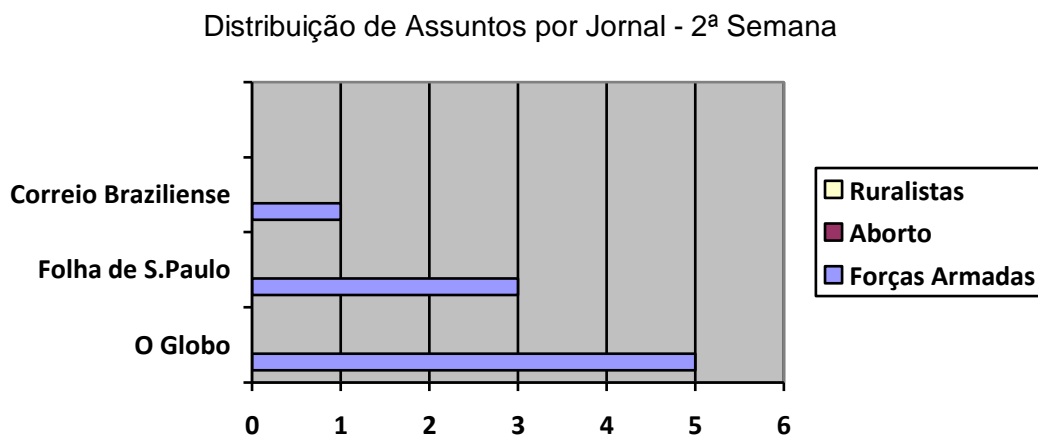
Aqui é possível observar um maior interesse do jornal *O Globo* sobre o assunto, o que já era esperado. O veículo, que até então só havia dado a notícia no dia pós-lançamento, voltou com força total. Não é de hoje que este jornal sai em defesa dos militares. Na época da ditadura, as *Organizações Globo* apoiaram o golpe e assim permaneceram durante o período.

Uma hipótese para esse aumento repentino de textos sobre o PNDH é a posição de alerta das Forças Armadas. O próprio *O Globo* cita isso na matéria do dia 22 de dezembro. Não é de hoje o atrito entre o ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, e os militares. O ministro vinha batendo na tecla da revisão da Lei de Anistia a muito tempo, desagradando os comandantes das Forças Armadas. Outro tema de discordância era a criação da Comissão da Verdade, que teria como objetivo investigar os crimes cometidos durante o período ditatorial. Vannuchi já havia divulgado essas ideias meses antes. Por este, e outros motivos, o ministério da Defesa estava atento ao lançamento do PNDH.

O Plano recomenda a criação da tal Comissão da Verdade, o que poderia levar a uma suposta revisão da Lei da Anistia. Esta comissão teria o intuito de investigar crimes cometidos durante a ditadura militar. O temor dos militares é que a revelação do crime, e consequentemente dos autores, levem o órgão a pedir punição para os culpados caso ainda estejam vivos. Isso pressionaria o Supremo Tribunal Federal para reavaliar a Anistia.

Os militares começaram então a divulgar notas criticando a postura da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). Os jornais, que não perdem uma boa briga, entraram na onda reproduzindo este discurso. Todas as matérias da

segunda semana, independente do veículo, enfocaram o conflito PNDH *versus* Forças Armadas. Veja:



O *Globo* já mostra na segunda semana que ia comprar a briga dos militares. O diário carioca publica mais matérias que os dois concorrentes juntos. Além disso, o jornal tenta aprofundar mais no tema do que os outros. A *Folha de S. Paulo* tenta posicionar-se de forma mais isenta. No entanto, faz uso de muitas matérias recicladas de notas e discursos. É possível encontrar notas acusatórias das Forças Armadas e resumos de entrevistas do ministro dos Direitos Humanos. O *Correio Braziliense*, por sua vez, publicou apenas uma matéria nesse período mostrando o desconforto dos militares. Porém, se mostra o mais completo dos três: ouve opiniões favoráveis e contrárias de especialistas e envolvidos.

É relevante analisar os adjetivos empregados em cada jornal na hora de citar os protagonistas. O *Globo* prefere alternar entre “Forças Armadas” e “militares”. Já a *Folha*, utiliza quase sempre “militares”. O CB faz bastante uso do adjetivo “caserna” ao se referir aos militares. Essas nomenclaturas surgem na segunda semana e começam a caracterizar a cobertura desses veículos. Se um texto não identificado tem a palavra caserna, pode-se associá-lo tranquilamente ao *Correio*. Já o PNDH foi classificado principalmente como polêmico. Daí a origem do nome da terceira semana, quando os jornais começam a questionar vários pontos da 3ª edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos.

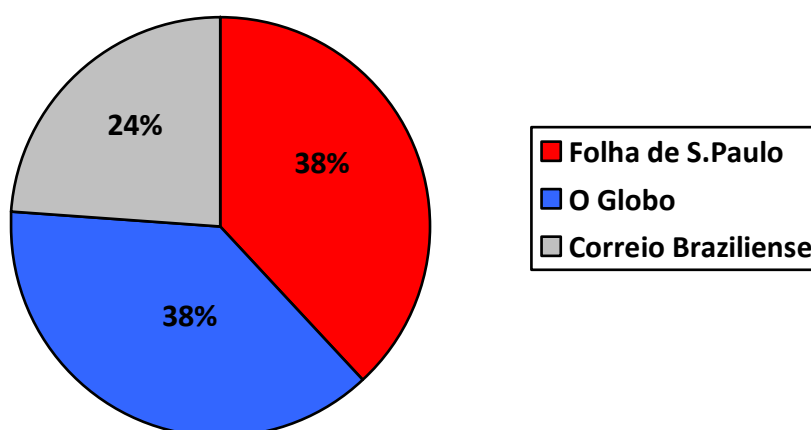
Polemização

Na terceira e última semana, começa a avalanche de matérias. Os tímidos textos começam a ganhar mais espaço e densidade. O assunto também passou a

ganhar maior destaque, inclusive sendo manchete em alguns dias. No total, 21 matérias falavam do assunto na última semana analisada. Aqui os jornais exploram de fato a dicotomia: críticos *versus* defensores.

Há um maior equilíbrio entre os jornais. *Folha* e *O Globo* empataram com 38% cada – oito matérias, seguido pelo *Correio Braziliense* com 24% - cinco matérias. Os três primeiros dias da semana são mornos com pequenas notas em um ou outro jornal. Somente a partir do dia 8 de janeiro os veículos pesquisados começam a “abraçar” causas na crítica do PNDH. Portanto, os quatro últimos dias analisados são os que apresentam maior quantidade e densidade de matérias.

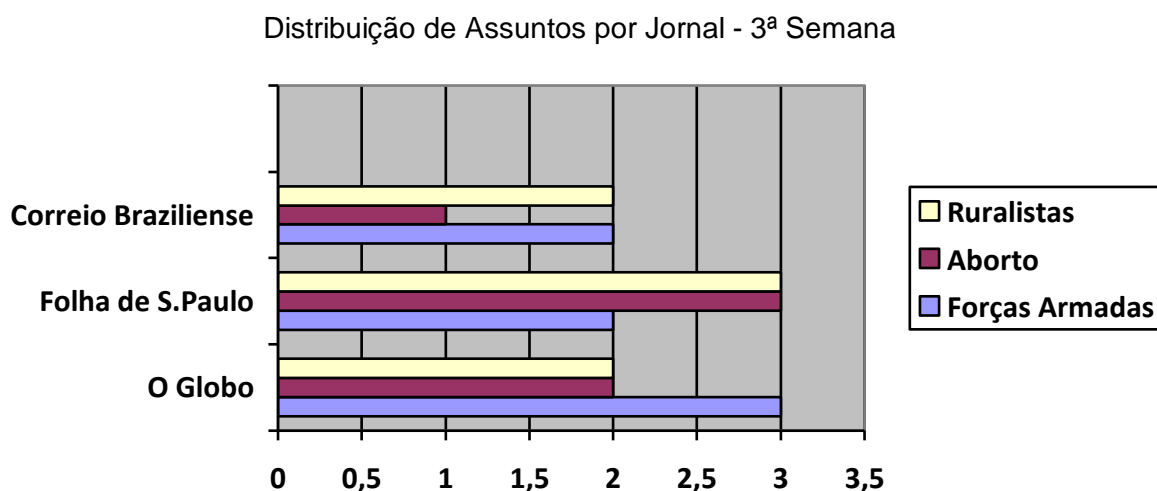
Total de matérias publicadas na terceira semana



As críticas militares contra o programa já eram fortes, imagine então quando ganha coro da Igreja, do setor ruralista e da própria imprensa – havia um tópico que estabelecia o “controle da mídia” através de sanções e até cassação da concessão. Foi aí que ocorreu o grande *boom* de matérias. Os temas se multiplicaram e com eles as fontes e abordagens. Três instituições tradicionalíssimas do país, consolidadas desde o período imperial, unidas para combater o “mal comum” que era o PNDH. Qual veículo que ousaria ir contra qualquer um delas? Ainda mais porque os interesses dos próprios jornais estavam em jogo.

O jornal *O Globo* continuou aliado na crítica das Forças Armadas: começou cobrindo e continuou durante todo o período. Porém, com o surgimento de outros assuntos, acabou abrindo a gama de temas publicados. Já a *Folha*, conservadora em assuntos da família, juntou-se à Igreja para debater as questões referentes ao aborto e saúde da mulher. O texto do plano previa apoio ao projeto de discriminação que tramita no Congresso. Com a mesma frequência de aparições,

porém menor influência, os assuntos rurais também ganharam espaço. O tema era tratado de forma bem menor, mas aparece em alguns textos. O *Correio Braziliense* acabou sendo novamente o mais neutro. O jornal candango tentou debater diversos temas, buscou várias opiniões favoráveis e contrárias para confrontá-las. Porém, não significa dizer que ele fez a melhor cobertura por causa disso. Quando maior a quantidade de temas, mais complicada é a elaboração da matéria. O Correio pecou em alguns textos pela falta de profundidade ao recorrer excessivamente ao declaratório e aos boatos.



Nessa fase de Polemização, os títulos da capa tornaram-se importantes para delimitar como cada jornal trataria do assunto. Porém, o que vimos certas vezes no interior dos cadernos era destoante com o anunciado. A capa do jornal *O Globo* do dia 12 de janeiro era a seguinte: “Lula reclama de Stephanes e recua sobre aborto e tortura”. Quando abrimos a página na matéria, o título é bem mais brando: “Lula recua e tenta conter crise”. O trecho em que Lula teria criticado o ministro aparece apenas no final do texto. O Presidente da República teria dito que fica chateado com bate-bocas entre ministros dentro do governo e que Stephanes apenas teria reforçado a fala de setores da agricultura. O jornal deu isso como o mais importante da matéria, já que o título da capa começava pela “reclamação” de Lula. Pela forma como foi colocado dava impressão de ter sido uma bronca terrível, quando na verdade foi apenas uma manifestação da opinião do Presidente. Um claro exagero por parte do editor de capa. Na estrutura organizacional dos jornais, o editor de capa é alguém independente que, certas vezes, não tem contato algum com o repórter. Ele é auxiliado apenas pelos subeditores. O compromisso dele é tornar a capa

agradável, estampar manchetes que façam o leitor comprar o jornal e ordenar os acontecimentos na página.

Falando sobre títulos em capas e páginas internas, o *Correio Braziliense* foi o que menos deu capas sobre o assunto: apenas duas durante as três semanas. Uma foi a do dia seguinte ao lançamento e outra no dia 31 de dezembro. No restante, tudo restrito apenas às páginas internas do jornal, sem uma chamada sequer na capa. Isso talvez explique a neutralidade do *Correio* durante a cobertura. Uma hipótese: pode ser que o jornal não estivesse preocupado com o PNDH, por isso optou por não se meter no assunto. Já *O Globo* fez o caminho inverso e só deixou de dar capa em duas ocasiões. Em todas as outras, se tivesse matéria sobre o PNDH, certamente teria chamada na capa, principalmente na fase das polêmicas.

2.2.3 Análise dos dados

Partindo dos dados encontrados, percebe-se uma gradual ampliação das matérias referentes ao Plano Nacional dos Direitos Humanos. Somando a primeira com a segunda semana não chega ao total da terceira, tamanho é o crescimento. O que foi percebido também foi a mudança de foco no decorrer das semanas. A grosso modo as semanas subdividem-se assim: na primeira, a peruca de Dilma foi o alvo; na segunda, foi a criação da Comissão da Verdade; na terceira, dividiu-se entre Comissão da Verdade, aborto, questões agrárias e, no último dia, cerceamento da imprensa. Exatamente por aparecer apenas no último dia, o controle da mídia não apareceu na classificação por temas.

O jornal carioca *O Globo* foi o veículo que mais publicou matérias sobre o assunto. Exceto na última semana analisada, o diário ficou à frente dos outros nos cenários propostos. Além disso, foi o que mais estampou chamadas nas capas. Contudo, foi o *Correio Braziliense* o primeiro a retomar o assunto nas suas páginas. Dois dias após o lançamento do PNDH, o jornal candango já repercutia um dos tópicos com as Forças Armadas.

A *Folha de S.Paulo*, por sua vez, teve um papel decisivo na terceira semana, publicando extensas matérias na tentativa de situar o leitor sobre as divergências – várias contendo quadros explicativos. Foi o jornal que mais ouviu as partes envolvidas: havia críticas negativas, mas quase sempre acompanhadas de defensores favoráveis à manutenção do Plano. A *Folha* foi o jornal que mais “ficou

para trás” nesse assunto durante as duas semanas iniciais, por isso nada mais justo do que recompensar o leitor com boas informações, ainda que tardias.

Logo no dia seguinte ao lançamento, todos os três jornais deram na capa a notícias ligadas ao lançamento da 3ª edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos. No entanto, os veículos focaram no novo visual da então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Até aquele momento, Dilma usava peruca devido à quimioterapia que realizava para tratamento de um câncer. Na data do lançamento, a Ministra abandonou o acessório e surgiu com o cabelo curto e escuro.

Das cinco matérias publicadas na primeira semana, apenas duas, uma de *O Globo* no dia seguinte ao lançamento e no dia 24 pelo *Correio Braziliense*, buscavam discutir pelo menos um ponto do Plano. Assim mesmo, as matérias só estamparam as páginas do jornal porque foram reclamações dos militares.

Entre a primeira e a segunda semanas havia duas datas comemorativas: Natal e Ano Novo. Isso pode ser uma das causas da baixa repercussão do plano nesse período. Outro fator contribuinte são as férias. Ministros e autoridades estavam todos fora de Brasília para passar as festas com suas famílias. Além do mais, os próprios jornalistas também entram em período de férias, o que pode ter ocasionado uma quebra de ritmo com relação ao tema.

Na segunda semana houve um ligeiro aumento no número de matérias. Instituições militares, como o Clube Naval, por exemplo, publicaram notas criticando a criação da Comissão da Verdade, uma das propostas do PNDH. Segundo eles, tal Comissão teria um caráter revanchista e abriria brechas para uma alteração na Lei da Anistia. Essas reclamações fizeram com que alguns jornais, especialmente *O Globo*, publicassem mais matérias ouvindo os militares.

Essa segunda semana foi fraquíssima para o *Correio Braziliense*. O jornal candango publicou apenas uma matéria bem curta e superficial. Isso reforça a hipótese citada anteriormente de que o *Correio* foi o jornal mais neutro na cobertura. Apesar da redação localizar-se em Brasília, ele foi o que mais deixou a desejar nas coberturas que se propôs a fazer, com poucas matérias e textos sem profundidade.

O dia 8 de janeiro foi o tiro de partida das inúmeras críticas que se sucederiam. Foi nesta data que a Igreja Católica engrossou o coro dos descontentes com o Plano. Os clérigos questionaram os trechos que previam apoio ao aborto e proibição de símbolos religiosos em repartições públicas. Agora, a SEDH teria que

enfrentar duas grandes e respeitadas instituições: as Forças Armadas e a Igreja. Este, certamente, foi o “Dia D” no estouro da crise ocasionada pelo PNDH.

No dia 9, como já era de se esperar, os três jornais deram matérias. *Folha* e *O Globo* estamparam manchetes. O Ministro da Agricultura, Reynold Stephanes, criticou o ponto do Plano que pede a reforma agrária e taxa grandes fortunas. Do outro lado, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, defende as propostas. Pronto, estava armada crise governamental com cinco ministros se degladiando. Num time: Paulo Vannuchi, dos Direitos Humanos, Tarso Genro, da Justiça, e Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário. No outro: Nelson Jobim, da Defesa, Reynald Stephanes, da Agricultura, e os comandantes militares, das Forças Armadas.

Toda essa confusão resultou em caudalosas matérias diárias, ocupando sempre uma ou mais páginas dos jornais. A maioria das matérias tenta manter a parcialidade ouvindo os dois lados da questão. Contudo, fica evidente o claro posicionamento dos três veículos favoráveis aos críticos do Plano. O espaço para a crítica era sempre em uma página nobre – geralmente na capa do caderno – enquanto a defesa era na página seguinte – e sempre com espaço bem menor. Isso porque o agendamento não se deu de dentro para fora e sim o contrário. Não foram os jornalistas que se preocuparam em analisar e dissecar um a um os tópicos do PNDH. Essa foi uma tarefa das instituições e setores envolvidos. Ao que parece, o tema Direitos Humanos ainda não é forte o suficiente para gerar pautas dentro das redações.

Em todas as três semanas analisadas percebe-se uma pressão externa sobre os veículos por meio de notas e releases. Por isso que em quase todas as matérias há espaço muito maior para as críticas negativas do que para as positivas. A SEDH deve ter adotado a postura de apenas defender-se das acusações, provavelmente para evitar polêmica dentro do Governo ou comprar briga com setores sociais tradicionais e fortes, a Igreja e os agricultores.

É interessante destacar que nenhum dos jornais saiu em defesa do PNDH. Todos os lides eram críticos. Certos textos abriram espaço para a defesa, mas, como dito anteriormente, era infinitamente menor. Tal resultado já era esperado pelo pesquisador, já que há diversos interesses das empresas de comunicação em jogo. Muitos dos donos dessas empresas possuem fazendas, grandes riquezas, além de terem posicionamentos diferentes sobre vários assuntos que o Plano propõe.

2.2.4 O 3º Plano Nacional dos Direitos Humanos hoje

Durante a elaboração desta pesquisa, reações adversas foram cada vez mais se intensificando na sociedade. O 3º Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) foi alvo de inúmeras críticas desde o dia do lançamento, em 21 de dezembro de 2009, até meados de maio. Apesar deste trabalho se propor a analisar apenas as 3 semanas iniciais do lançamento do PNDH, o pesquisador tomou a liberdade de incluir informações para situar o leitor dos recentes acontecimentos.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que todos os setores sociais que se manifestaram contrários à implementação do Plano tiveram sucesso. As reclamações que se iniciaram logo na semana seguinte ao lançamento e foram ganhando fôlego diariamente resultaram numa pressão fortíssima sob a Presidência da República.

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não teve outra alternativa que não fosse atender as reivindicações. Em ano eleitoral, tudo que Lula não quer é se indispor com grandes segmentos sociais – já que precisa do apoio para eleger o sucessor.

O 3º Plano Nacional dos Direitos Humanos, que serviria como “manifesto ideológico petista”, foi sumariamente rejeitado pela sociedade. Talvez o fato de ter sido lançado num momento tão ruim (ano eleitoral) tenha frustrado as expectativas da ala radical do PT. O pesquisador acredita que o objetivo do ministro Paulo Vannuchi, dos Direitos Humanos, ao editar o plano era resgatar ideais esquerdistas praticamente abandonados no governo de Lula devido à falta de apoio político. A intenção do ministro era mostrar que ainda existe o resquício ideológico no partido.

Os setores sociais, porém, estavam atentos e perceberam a tentativa de “passar goela abaixo” temas que o Congresso não se dispõe a discutir. A intenção da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) era tentar resolver problemas de forma rápida, sem discuti-los. Esse foi o grande tiro no pé: a SEDH acabou invadindo campos políticos e sociais que não estão interessados na mudança, especialmente sem a necessária discussão prévia. O apoio negativo da mídia, que tinha vários interesses em jogo, também contribuiu para a tentativa fracassada.

No fim das contas, o PNDH foi alterado. Abaixo segue as mudanças do texto:

- O trecho que fazia apologia ao projeto de lei que discrimina o aborto foi substituído por “considerar o aborto um tema de saúde pública”.

- A ação que propunha a proibição de símbolos religiosos em repartições públicas foi removido.
- A ação que pedia intervenção de órgãos públicos e de segurança na mediação de conflitos agrários foi alterado para priorizar órgãos ligados à terra, como o Incra, por exemplo.
- O trecho que estabelecia punições e cassação da concessão para empresas de radiodifusão que desrespeitassem os direitos humanos foi excluído. O *ranking* que mapearia os órgãos que respeitam os direitos humanos também foi extinto.
- A ação que propunha investigação de locais e pessoas que serviram à repressão política foi alterada para pedir investigação de todas as pessoas que desrespeitaram os direitos humanos (incluídos aí também os resistentes à ditadura). O mesmo acontece na ação que pedia acompanhamento de crimes cometidos na ditadura. Foi substituído por "violações de direitos humanos".
- Em vez de criar programas e ações educativas que falem sobre o regime ditatorial e resistência à opressão, a nova ação determina que seja sobre as violações aos direitos humanos.
- A ação que proibia o nome de torturadores em ruas, monumentos e prédios públicos foi mudada. Deixou de ser lei para virar apenas uma recomendação.

No final das contas, a maioria que reclamou conseguiu a alteração: militares, Igreja e mídia. Apenas os agricultores não conseguiram mudar tudo o que queriam no Plano. Eles foram vitoriosos apenas no tópico que diz respeito à mediação de conflitos. Todos os trechos referentes à trabalho escravo e reforma agrária foram mantidos.

Não adiantou ameaça de demissão, manifestações favoráveis e opiniões de especialistas: o maior plano de direitos humanos já construído no Brasil foi mutilado. Agora, somente no mês de maio, as polêmicas que envolviam a 3ª edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos, e estamparam as páginas dos principais jornais durante quase seis meses, cessaram. O ministro Vannuchi se calou. Parece ter se conformado. Será que a paz continuará reinando até o fim do mandato de Lula? Só esperando para saber.

3. CONCLUSÃO

A partir da análise proposta dos três jornais - *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *Correio Braziliense* – referente à cobertura realizada no lançamento da 3ª edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) e dos resultados obtidos conclui-se que tais veículos não cumpriram seu papel de forma satisfatória. Além de começarem tardiamente a falar sobre o assunto, os jornais pouco se importaram em discutir efetivamente as ações propostas no plano.

Os jornalistas não se atentaram por si só ao conteúdo do PNDH, que, de fato, é abrangente e polêmico. Foi preciso que a sociedade pautasse as redações sobre a relevância do tema. Tanto que a capa e o lide das matérias dos jornais do dia seguinte ao lançamento do plano foram sobre a ausência da peruca de Dilma Rousseff. A imprensa política brasileira demonstrou estar mais preocupada com fofocas do que com a informação política. Pode-se concluir então que o assunto Direitos Humanos não tem força suficiente para gerar pautas espontâneas dentro dos jornais, caso contrário haveria algum repórter se debruçando sobre as páginas do plano antes mesmo do lançamento.

O resultado disso foram as inúmeras matérias claramente ligadas a setores sociais criticando determinado ponto do PNDH, sem a devida contextualização, análise ou esclarecimento. Poucas matérias tentaram debater o plano sem focar em algum assunto específico, e estas não tiveram êxito por abusarem do chamado jornalismo declaratório. Tal característica foi presente em quase todas as matérias analisadas: muito falatório e pouca explicação. Por mais estranho que pareça, as principais informações sobre o PNDH estavam situadas em boxes ou infográficos dispersos pelas páginas.

Outra conclusão obtida é o nítido posicionamento dos veículos em relação aos temas alinhados à política editorial da empresa. Prova disso é a categorização aplicada pelo pesquisador no que tange aos jornais e aos temas abordados. Se houvesse uma imparcialidade por parte dos veículos certamente existiria um equilíbrio e uma variedade de assuntos, o que não é notado.

A *Folha de S.Paulo* mostrou-se o jornal mais plural, dando ouvidos aos lados envolvidos – ainda que isso não fosse a regra. O *Correio Braziliense* também buscou solução semelhante, mas pecou pela falta de profundidade e menor quantidade de matérias. O jornal, mantendo uma postura mais neutra, publicou as notícias como

um observador. Já *O Globo* foi completamente pelo caminho oposto: tomou partido e iniciou a batalha contra o documento que aí estava. Porém, fez isso tão apaixonadamente que esqueceu de um dos princípios básicos do jornalismo: a objetividade. O diário carioca funcionou como um porta-voz da oposição, especialmente dos militares.

Por isso constatou-se que a cobertura feita por *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *Correio Braziliense* tinha como objetivo defender seus próprios interesses. Jornalistas são corporativistas por natureza, e isso ficou bem claro nos textos. O leitor era apenas o receptor passivo das informações, sem ser devidamente informado sobre como aquele conjunto de recomendações poderia influenciar no seu cotidiano. O tema foi tratado muito mais como um assunto de governo – uma rixa entre ministros - do que como algo que incidiria na vida das pessoas. No fim das contas, quem “pagou o pato” das divergências foi a população: ficou no meio o fogo cruzado e foi mal-informada pelos profissionais que deveriam transmitir conteúdo de qualidade.

4. RECOMENDAÇÕES

Aos pesquisadores que desejarem debruçar-se sobre este assunto, ficam aqui algumas recomendações para expandir a proposta de trabalho. Para se obter uma análise mais detalhada da 3ª Edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos seria importante uma comparação com os dois documentos anteriores, editados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa não era a meta desta pesquisa, mas se o foco fosse o plano em si, considerar os planos anteriores seria impreterível.

Outro fator que deve ser levado em conta é a ausência de entrevistas com repórteres e editores. Se o tema da pesquisa for a cobertura em si – em vez da análise - certamente seria de suma importância ouvir os próprios jornalistas. Somente eles poderiam esclarecer os motivos para se realizar a cobertura da maneira que foi feita. Infelizmente, como não era esse o objeto de pesquisa – e devido ao curto período de tempo de pesquisa – isso não foi realizado.

Para se aprimorar a cobertura de temas políticos é importante que jornais disponham de repórteres preparados. Não basta ser bom profissional, tem que entender do assunto. É preciso conhecimentos em história, ciência política, sociologia e até um pouco de antropologia. Um jornalista acostumado a escrever para o caderno Cidades terá dificuldade para interpretar uma ação política ou determinada lei. É preciso então que os jornais invistam em profissionais qualificados, remunerando-os com salários dignos e valorizando-os com a importância que lhes é devida.

Da mesma forma, editores e chefes precisam se conscientizar que o leitor precisa ser bem informado. Obviamente um plano de direitos humanos tem muito mais influência na vida das pessoas do que saber que a ministra-chefe da Casa Civil abandonou a tradicional peruca. Ainda que haja interesses em jogo, não é admissível que grandes veículos de imprensa publiquem rumores sem se preocupar com a veracidade ou apelem para bate-bocas como gancho para criticar o que lhes desagrada. A população, no geral, gosta de política, mas não consegue entendê-la. Cabe aos jornalistas facilitar isso e ajudar na construção de cidadãos cada vez mais conscientes.

REFERÊNCIAS

- ABERJE, Associação Brasileira de Comunicação Empresarial. *Pesquisa Imagem dos Três Poderes*. São Paulo, 2005
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1991
- BORGES, Altamiro. *Alguns casos escabrosos da TV Globo*. Disponível em: <http://www.novae.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=805>. Acessado em 26 de novembro de 2009
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. ed. rev. Brasília: SEDH/PR, 2010
- CORREIA, Fernando. *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- DINIZ, Lilia. *O surto esquizofrênico da mídia*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=578CID009>. Acessado em 26 de março de 2010
- FERREIRA, Berta. *Análise de Conteúdo*. Disponível em: <http://www.ulbra.br/psicologia/psi-dicas-art.htm>. Acessado em 16 de novembro de 2009
- LIMA, Venício. *A mídia contra a Constituição*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=573JDB002>. Acessado em 26 de março de 2010
- MARTINS, Franklin. *Jornalismo Político*, São Paulo: Contexto, 2008
- MATTOS, Celso. *O Agenda-Setting e o discurso circular da informação*. Disponível em: http://www.ump.edu.br/midialogos/ed_01/artigos/Agenda%20Setting%20-%20Celso%20Mattos.pdf Acessado em 22 de novembro de 2009
- MAZZOTTI, A.J.A., GEWANDSZNAJDER, F. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2000
- MELO, Alkiana da Silva. *O jornalismo impresso nas comissões temáticas do Legislativo: a cobertura política do projeto de lei sobre Biossegurança na Comissão de Educação do Senado Federal*. 2008. 65 p. Trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social – UniCEUB, Brasília, 2008.
- MORAES, Alexandre de. *Direitos Humanos Fundamentais*. Coleção Temas Jurídicos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000
- OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). *Comunicação Pública*. Campinas: Alínea, 2004
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em:

http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acessado em 11 de março de 2010

SEABRA, Roberto; SOUSA DE, Vivaldo (Org.). *Jornalismo Político: teoria, história e técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005

TRAQUINA, Nelson. *O Paradigma do 'Agenda-setting: A Redescoberta do Poder do Jornalismo*. Revista de Comunicação e Linguagens, Nº. 21-22, Lisboa: Cosmos, 1995

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2009

NÚMERO 10708 • 30 PÁGINAS • R\$ 2,00

DENÚNCIAS AMEAÇAM
ATRASAR OBRA DO VLT

Agência francesa que vai financiar o Veículo Leve sobre Trilhos exige mudança no contrato com o GDF Marcelo Toledo, policial aposentado flagrado com propina, mantém negócios de informática no valor de R\$ 21 milhões com o DFTrans.

PÁGINAS 27 E 32

ARROCHO NOS APOSENTADOS

LULA AFIRMA QUE REAJUSTE A SEGURADOS DO INSS FICARÁ EM 2,5% ACIMA DA INFLAÇÃO PORQUE A PREVIDÊNCIA TEM LIMITES, MAS GARANTE OS AUMENTOS AO FUNCIONALISMO: "A MÁQUINA PÚBLICA FOI DESMANTELADA".

PÁGINA 5

Dimitri HERNANDEZ/CE/DA Press

A ELEIÇÃO
DEBAIXO
DOS
CARACÓIS
DE LULA

Na primeira aparição pública de Dilma Rousseff sem peruca, o presidente passou os dedos nos cabelos do vice, José Alencar. Lula procurou evitar novos desgastes com o PMDB e disse ser da ministra a tarefa de negociar uma aliança com o partido. PÁGINAS 2 A 4

DIPLOMATAS
Farra das
multas
perto
do fim

Os donos de carros com placas azuis, geralmente representantes de embaixadas e de organismos internacionais, têm cinco dias para cadastrar-se no Detran-DF. Isso permitirá que o órgão multe os tradicionais desrespeitadores das leis de trânsito na capital. PÁGINA 31

Esportes

Marta, quatro vezes
a melhor do mundo

Brasil supera nomes como Ronaldo e Zidane e se consagra como a mais premiada atleta da história do futebol. PÁGINA 10

IRÃ

Enterro de
aiatolá
acaba em
repressão

Uma multidão tomou as ruas de Qom, a cidade sagrada dos xiitas, para velar e enterrar Ali Montazeri, um dos fundadores do Estado islâmico e, ultimamente, voz da oposição iraniana. Assim que o corpo desceu à tumba, a polícia de Ahmadijád começou a reprimir o povo. PÁGINA 23

Renato de Oliveira/CE/DA Press



A HORA DAS COMPRAS

Shoppings e lojas de rua devem receber até quinta-feira 1,7 milhão de pessoas. Comércio de Brasília comemora o crescimento nas vendas pelo quarto mês seguido. PÁGINAS 36 E 37

EDUCAÇÃO
Estrutura
do Enem
vai ser
mudada

O Ministério da Educação quer criar mecanismos para que o exame seja aplicado pela própria União. Isso poderia evitar, segundo o novo presidente do Inep, organizador do teste, que ocorram falhas motivadas pela falta de segurança, por exemplo. PÁGINA 12

CONCURSO
Petrobras
abre 662
vagas para
servidores

São 56 cargos reservados para profissionais de nível médio, técnico e superior, que irão trabalhar no Distrito Federal e em mais 15 unidades da Federação. Salários variam de R\$ 1.141 a R\$ 5.685. As inscrições ocorrem em janeiro e as provas serão realizadas em março. PÁGINA 18



ELEIÇÕES

A nova imagem da ministra

Conhecida pela fama de durona, Dilma se emociona em cerimônia sobre direitos humanos. Petista aposentou a peruca

• RODRIGO COUTO
• TIAGO PARIZ

Candidata do PT e de Luiz Inácio Lula da Silva à sucessão presidencial, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, agradeceu ontem pela primeira vez sem a peruca que usava desde maio deste ano, quando começou a ser submetida a sessões de quimioterapia para tratar um câncer no sistema linfático. De vestido azul e com os cabelos curtos na tonalidade castanho escuro, a petista se emocionou ao entregar o Prêmio Direitos Humanos 2009, na categoria Direito à Memória e à Verdade, à amiga Inês Etienne Roman.

"Ela é o testemunho da coragem e da dignidade de uma geração. Quem viveu aquele tempo em que a palavra democracia era esquecida, quando não perversamente deturpada, compreende o sentido do resgate e da conservação da memória do que ocorreu no país naquele período", disse a ministra. Sob aplausos e com dificuldade de prosseguir seu discurso de quase 10 minutos, Dilma lembrou que cruzou seu destino com o de Inês em uma esquina de Rio de Janeiro.

"Inês, o Brasil te agradece com

Couto, Gomes/CB/DA Press - 12/09



Pariz, Ferraz/CB/DA Press - 23/09



Rousseff, Pinheiro/DA



Três fases da ministra: em maio de 2008, antes da descoberta do câncer; em outubro deste ano, com peruca devido à quimioterapia; e ontem, com cabelos curtos à moda joãozinho

Companheira

Em maio de 1977, durante a ditadura militar, Inês Etienne Roman foi presa em São Paulo — onde foi torturada pelo delegado do DOPS Sérgio Piazzi, personificação da truculência — e, depois, transferida para o Rio de Janeiro. No ano seguinte, a rainha de Povo Alegre foi condenada à prisão perpétua. Inês foi beneficiada pela anistia em 1979 e, dois anos mais tarde, denunciou a tortura e o desaparecimento de outras pessoas durante o regime militar.

este prêmio. Obrigada por tudo", afirmou a candidata de Lula, para quem o país passa por uma importante transformação social, política, econômica e democrática. Inês foi uma das 16 agraciadas com o prêmio, que está em sua 15ª edição.

Elogios

Sobre o novo visual, Dilma limitou-se a afirmar que tirou a peruca porque achou que o cabelo "já estava bom". Segundo a ministra, não dava para ter tido antes. Na mesma cerimônia, onde também houve o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos, Lula brincou com os poucos fios de cabelo do vice José Alencar: "Vocês me viram botando a mão no cabelo do Zé Alencar. É que teve um tempo que tinha caído o cabelo do Zé Alencar. E vocês estão percebendo que a Dilma está de cabelo novo. Não é peruca não. É cabelo normal dela, que voltou a se apresentar em público."

Depois de um breve momento de descontração, o presidente lembrou recente episódio ocorrido numa sede do escritório em São Paulo na qual a ministra esteve presa durante a ditadura. "Se alguém prendeu a Dilma, se alguém torturou a Dilma, achando que ali tinha acabado a luta dela, eu digo que ela é hoje uma possível candidata à Presidência da República", afirmou Lula. Momentos antes, o presidente colocou no colo da ministra, durante café da manhã com jornalistas, a responsabilidade de escolher o vice entre quadros do PMDB, buscando desvencilhar-se da crise com o partido aliado.

Panos quentes

"A relação com o PMDB está tranquila. A candidata é a Dilma, não sou eu. Ela tem que escolher o vice. No momento certo, o PT, a Dilma e o PMDB vão se sentar para escolher, e eu espero não estar presente. Já basta eu ter indicado a Dilma. O PMDB é o maior partido

da base aliada e tem todo o direito de indicar o vice", disse Lula, que fez rasgados elogios ao presidente da Câmara, Michel Temer (SP), cotado para compor a chapa da ministra na corrida presidencial.

Lula explicou que não tentou interferir numa decisão interna do PMDB ao sugerir a lista tríplice para a definição do vice. Disse ter sido alvo de uma sala-junta de um jornalista que perguntou, na frente do ministro de Minas e Energia, o peemedebista Edison Lobão, se ele preferia Lobão ou Temer como integrante da chapa petista. Nessa retomada do diálogo com os peemedebistas, o presidente aproveitou críticas do deputado Ciro Gomes, pré-candidato do PSB à Presidência, sobre a relação que PT e PMDB têm no Congresso para defender, de uma maneira pouco usual, o acordo.

"O Ciro sabe que temos de fazer alianças com os partidos que existem neste país. Não podemos fazer alianças com partidos extraterrestres", disse Lula.

QR code



Para mais notícias e o discurso da ministra Dilma Rousseff, baixe em seu celular o leitor do QR Code que você vê acima. Envie um torpedão com a palavra QR para o número 50008. Em instantes, você receberá um SMS com link para fazer o download do software leitor de código. Depois, com o software, aponte a câmera de seu celular para o código e acesse o conteúdo multimídia. Custo do SMS: R\$ 0,10 + impostos. O Correio não cobra nada pelo serviço, mas, cada vez que você utilizar, estará navegando na internet, e a sua operadora cobra pelo tráfego de dados.

**AINDA TEM
HOMEM QUE TRATA
ASSIM SUA
CARA-METADE**

Nada justifica um homem agredir uma mulher. E se ela é a pessoa que ele escolheu para viver junto, nem se fala. Quando uma mulher sofre qualquer tipo de agressão, ela não sofre sozinha: sofrem os filhos, os familiares, os amigos. Se você for vítima ou souber de algum caso de violência contra a mulher, denuncie. Delegacia das Mulheres: 3442 4301 - Conselho dos Direitos da Mulher: 3322 2266.



CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

NÚMERO 12.027 • 40 PÁGINAS • R\$ 1,97

Século 21/Rep. C/DA Press



FÉ NA VIRADA

Brasília já levou 17 vezes a Mega-Sena e é considerada a capital mais sortuda do país. Leonardo Pereira aposta no bolão, que engorda o caixa das lotéricas, para ganhar uma fatia dos R\$ 140 milhões sorteados hoje.

PÁGINA 19

A hora do brinde!



Imagem: Google.com.br/Reprodução da Internet

Com um legítimo champagne ou um espumante nacional de boa qualidade, a ordem é, à meia-noite, associar o barulho dos fogos ao estouro das milhas.

GASTRONOMIA, PÁGINA 16

Todos os ritmos na Esplanada

Do samba ao country, do forró ao sertanejo. Quem opor pelo réveillon no principal cartão-postal de Brasília será apresentado, sobretudo, com a diversidade da música brasileira. Logo depois da apresentação de Zezé Di Camargo & Luciano, serão 21 minutos de espetáculo no céu para saudar 2010.

DIVERSÃO & ARTE, CADA PÁGINA 1

Século 21/Rep. C/DA Press



Lei seca sem trégua

Blitzes até depois das 5h, sobretudo em regiões movimentadas, como o Plano Piloto. Quem quiser beber sem correr risco pode seguir o exemplo de Alcyon Ferreira (camiseta preta), que convidou os amigos para dormir em sua casa.

PÁGINA 21

Shows de graça

- ✓ Dhi Ribeiro
- ✓ Pedro Paulo & Matheus
- ✓ Avôes do Forró
- ✓ Zezé Di Camargo & Luciano
- ✓ Bateria da Beija-Flor

Início às 19h na Esplanada dos Ministérios



Foto: Marcos Oliveira

CPI VIRA PIZZA

Oposição pede mudanças nas regras das Comissões Parlamentares de Inquérito, domingadas nos últimos anos por governistas e que ficaram longe dos seus objetivos.

PÁGINA 2

CRISE NA CASERNA

Reavaliação da Lei de Anistia, que quase provocou a saída do ministro da Defesa e dos chefes militares, deve trazer mais problemas para Lula.

PÁGINA 3

NOVOS CONCURSOS

Incor, Comando do Exército e Fundacentro vão realizar seleções no ano que vem para a contratação de um total de 934 servidores.

PÁGINA 11

INIMIGOS ETERNOS

Zico e Romário se reconciliaram no domingo, mas o esporte brasileiro ainda tem rivalidades longe do fim, como a de Luxemburgo e Marcelinho Carioca.

SUPER ESPORTES, PÁGINAS 2 E 3

CLASSIFICADOS
1 em ofertas

Instituto	1.191
União	910
Caixa 2 Serviço	282
Negócios II	211
Opções de	
Trabalho II	117
Formação Profissional	

APÓS ALÍVIO,
GRIPE SUÍNA VOLTA
A ASSUSTAR O PAÍS

Gêise Romão/CBCL/PA Press



O comerciante Edson Rocha tem um motivo a mais para brindar a chegada de 2010. Aos 52 anos, ele foi uma das 27.850 pessoas infectadas pela gripe suína no Brasil — números registrados pelo Ministério da Saúde até novembro —, mas conseguiu se curar após o atendimento médico e o uso de remédios. "Foi a gripe mais forte que tive", revela o comerciante, que passou a difundir os cuidados para prevenir o mal. Outros 2 mil brasileiros não tiveram a mesma sorte e morreram vítimas do vírus H1N1. E as autoridades entraram em alerta: há expectativa de avanço da doença nos próximos meses.

PÁGINA 7 E 8

DESEMPREGO

Seguro será liberado em no máximo 15 dias

Informatização do sistema do Ministério do Trabalho vai reduzir, a partir de março, o prazo para pagamento do benefício, que atualmente pode chegar a 60 dias. Este ano, mais de sete milhões de pessoas recorrem ao seguro-desemprego.

PÁGINA 10

TERRORISMO

Aeroportos revivem o clima de tensão

A tentativa frustrada de atentado a bomba contra um voo da Holanda para os EUA, na semana passada, levou ao aumento da segurança em terminais de todo o mundo. As revistas demonstradas atrasam as saídas dos aviões e causam apreensão nos passageiros.

PÁGINA 14



9 771808 266059



FORÇAS ARMADAS

Desconforto na caserna

Especialistas criticam eventual reavaliação de Lula em pontos de programa de direitos humanos que desagradam a militares

de DANIELLE SANTOS

O desconforto criado pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, dentro do governo após questionar o Programa Nacional de Direitos Humanos intrigou especialistas, que classificaram o episódio como um retrocesso para a democracia. No último dia 22, Jobim se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e colocou o cargo à disposição. O mesmo fizeram os comandantes das três forças armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica.

Os frechos que contrariaram o bloco militar referem-se à apuração de crimes e violações de direitos humanos no período da ditadura, entre 1964 e 1986. O principal deles trata da criação de uma comissão que terá amplos poderes para apurar casos de violação dos direitos humanos durante a ditadura e, se preciso, punir. Outro pede a reavaliação de leis remanescentes do período do regime. Na visão dos militares, a medida abre uma brecha para mudanças na Lei da Anistia. Por último, o documento sugere uma lei que proíba o nome de pessoas que tenham praticado crimes de lesa-humanidade em prédios públicos e ruas, além da alteração de nomes já atribuídos.

A indisposição do ministro da



Sem os pontos questionados pela Defesa ficamos sem o direito à verdade e à memória, que são direitos fundamentais numa democracia

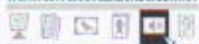
Perly Cipriano, subsecretário de Direitos Humanos

Defesa com o tema e a tentativa de reformular o texto já haviam conseguido atrasar o anúncio do programa, que deveria ter ocorrido na véspera da 61ª Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 9 de dezembro. Contrariando a lei do silêncio instaurada na Secretaria dos Direitos Humanos para evitar mais desgastes ao governo, o subsecretário de Direitos Humanos, Perly Cipriano, falou ao Correio sobre o assunto. Cipriano observou que a decisão de Lula em reavaliar parte do texto que desagradou a Jobim vai enfraquecer a luta pelos direitos humanos. "Sem os pontos questionados pela Defesa ficamos sem o

direito à verdade e à memória, que são direitos fundamentais numa democracia", afirma.

No Ministério da Defesa ninguém comenta sobre o assunto. Procurado pelo Correio, o ministro não atendeu às ligações. "Os comandantes de hoje parecem que têm medo de uma coisa simples que é a verdade. Não é com ameaças de renúncia que se constrói um cenário de democracia", rechaça o fundador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke. "Conforme a saída que for dada, a presidência da República passará a ser tutelada pelo ministro da Defesa e pelos militares. Quando ele (o presidente) anuncia um plano, um decreto, e com um disfarce da área militar ele retira, é um arranhão fortíssimo na autoridade dele. Ele pode ter muita popularidade, mas a autoridade está sendo retirada", analisa o professor de Ética na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Roberto Romano.

www.correioabraziliense.com.br



Depois de conversar com o subsecretário de Direitos Humanos, Perly Cipriano, e com o fundador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke

Daniel Faria/CEBRA Press - 31/12/08



Jobim, ministro da Defesa: ameaça de entregar cargo por conta de programa de direitos humanos

Informe Publicitário

NOTA OFICIAL

O GDF e a CAESB vêm a público pedir desculpas à população do Guarã pela falta de água nos dias 27 e 28 de dezembro.

A falha ocorrida em duas peças, uma válvula redutora de pressão de 250 mm de diâmetro e um registro de 700 mm de diâmetro na rede principal de abastecimento da Caesb, que romperam simultaneamente, foi a causa do incidente, que levou os técnicos da empresa a trabalharem 48 horas seguidas para a correção do defeito e a volta a normalidade.

Este tipo de defeito, em válvulas desse porte, que conduzem até 16 milhões de litros de água por dia, é muito raro, e infelizmente ocorreu numa época de comemorações natalinas.

O GDF e a Caesb pedem desculpas a toda comunidade do Guarã e se coloca à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos.

A Companhia está trabalhando para evitar a ocorrência de novos incidentes.



“Ah, a faixa tá muito longe, vou atravessar aqui mesmo.”



Quem pensa bem antes de agir usa sempre a faixa de pedestres. Respeitar a faixa é uma conquista que fez de Brasília um exemplo para o país. Mas o aumento da população, do número de veículos e do desrespeito fizeram crescer também o número de acidentes graves nas faixas. Pense nisso.



CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 12 DE JANEIRO DE 2010

NÚMERO 12.028 • 80 PÁGINAS • R\$ 2,00

MENOS ÁLCOOL PARA SEGURAR OS REAJUSTES

O governo reduzirá de 25% para 20% o percentual do álcool anidro misturado à gasolina para tentar controlar os preços. No DF, os combustíveis sobem amanhã.

PÁGINA 10

Justiça paralisa concurso do Planejamento

PÁGINA 12

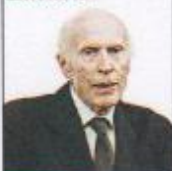
VENDA CASADA EM PASSAGENS ESTÁ PROIBIDA

Anac determina que TAM e Gol parem com a comercialização irregular, pela internet, de seguros de viagem embutidos nos bilhetes aéreos.

PÁGINA 11

Eric Rohmer 1920 - 2010

Clicado: Dora/Reuter



O adeus do mestre das relações humanas

Um dos grandes nomes da nouvelle vague, o cineasta francês tinha 89 anos e deixou uma obra pontuada pela sensibilidade amorosa no olhar para o cotidiano.

PÁGINA 17

Câmbio da Venezuela pode afetar Mercosul

PÁGINA 16



DESVIO DE SEPTO ATINGE 20% DOS BRASILEIROS

Cerca de 38 milhões de pessoas no país sofrem com o mal, que dificulta a respiração e provoca dores de cabeça. Cirurgia pode corrigir o problema.

SAÚDE, PÁGINA 18

DISTRITAIS INSTALAM CPI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CORRUPÇÃO
VAI INVESTIGAR DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS
EM CONTRATOS DO GDF NOS ÚLTIMOS 19 ANOS.
DEPOIMENTO DO EX-SECRETÁRIO DURVAL BARBOSA
É UMA DAS PRIORIDADES DOS DEPUTADOS



OS 300 DA PM

O gramado e a rampa de acesso à Câmara Legislativa foram ocupados por grupos de apoio e contrários ao governador Arruda. Pela manhã houve um enfrentamento, mas uma barreira de 300 policiais garantiu a tranquilidade das manifestações durante todo o dia.



PRÓS E CONTRAS, TODOS FORA

Estudantes do movimento contrários a Arruda foram retirados à força da entrada do prédio, depois de desocuparem acordo feito com a polícia e ocuparem uma área proibida. Aparentemente, o governador estava em maior número, mas nenhum manifestante pôde entrar na Câmara.

PÁGINAS 28 E 29. QR CODE COM VÍDEO-REPORTAGEM SOBRE OS PROTESTOS



Contornos de um novo gigante

Representantes de Niemeyer, o arquiteto Jair Veloso e o engenheiro Hamilton Silva visitaram a obra da torre de revólver digital no Colorado. Quando concluída, daqui a 100 dias, o edifício terá 180 metros.

PÁGINA 26

TRÂNSITO

Recorde de carros nas ruas

O DF registra, em 2009, o emplacamento de 131 mil carros, o maior número da história da cidade, que tem agora 1.138.127 veículos. Especialistas alertam para o agravamento dos engarrafamentos e da falta de vagas para estacionar. Segundo eles, investir no transporte público deve ser prioridade.

PÁGINA 24

Cesta básica ficou mais barata no DF

PÁGINA 21

ELEIÇÕES 2010

Habitação é a bandeira de Dilma

O presidente Lula anuncia hoje a aplicação de R\$ 3 bilhões em obras do programa Minha Casa, Minha Vida, que deverá se transformar no carro-chefe da campanha da ministra da Casa Civil à sucessão do Palácio do Planalto. O dinheiro irá para municípios com menos de 50 mil habitantes.

PÁGINA 2

Esportes



Massa e Alonso de roupa nova

Pilotos da Ferrari participam de evento tradicional com o uniforme da escuderia para 2010. Testes com o carro para a temporada começam em fevereiro.

PÁGINA 14



ELEIÇÕES

Reunião discreta no Planalto

Lula promove encontro com coordenação política em meio à crise entre ministros

• EDSON LUIZ
• FLÁVIA FORQUE

A primeira semana de trabalho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010 começou com uma reunião de coordenação política discreta. Depois de desentendimentos públicos entre ministros decididos ao conteúdo do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, os participantes do encontro evitaram declarações públicas sobre o teor da reunião. Integraram o grupo de coordenação política os ministros Alexandre Padilha, de Relações Institucionais, Franklin Martins, de Comunicação, Dilma Rousseff, da Casa Civil, e Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência.

Segundo auxiliares do Palácio, a crise gerada pelo plano nacional não entrou na pauta de reunião, embora o presidente tenha dito que o decreto pode ser alterado. A intenção do petista é conversar o quanto antes com os ministros Paulo Vanzuchi, da Secretaria de Direitos Humanos, e Nelson Jobim, da Defesa, para solucionar de vez o caso. Ambos ameaçaram pedir demissão por conta do conteúdo do decreto, publicado em dezembro. No caso de Vanzuchi, ele quer a manutenção do texto — Jobim, por sua vez, quer a alteração. O motivo da impasse é um trecho do documento que prevê investigação de atos de agentes do Estado que violaram direitos humanos durante a ditadura militar (1964-1985).

Jobim se juntou ao comando das três Forças Armadas para mudar o texto do plano, que cria a Comissão Nacional da Verdade, em que todos os fatos relacionados ao regime militar seriam debatidos, inclusive possíveis mudanças na Lei da Anistia. Com isso, suspeitos pela repressão seriam punidos. A área militar, principalmente os oficiais da reserva, afirma que Vanzuchi não havia cumprido o acordado entre os ministérios.

Agricultura

A proposta também afeta outros setores, como a agricultura, o que não agradou o ministro da pasta, Reinhold Stephanes. Segundo ele, as mudanças no processo de reintegração de posse de terras invadidas citam uma "insegurança jurídica". Ontem, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, voltou a defender o plano. "Ele é concreto, especialmente, no plano rural. Tudo que o plano propõe induz a negociação solucionada e dialogada de conflito no campo", afirmou. "Não consigo entender como um plano que traz um ambiente de paz, de diálogo e de negociação poderia criar algum problema na produção. Ninguém é ingênuo para achar isso".

Mas na reunião de coordenação política, as divergências, segundo assessores palacianos, deram lugar a um balanço das ações do governo em 2009 e um panorama do que se espera do governo em 2010. Enquanto evita a política sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos, a candidatura da ministra Dilma Rousseff ganha ainda mais musculatura dentro da cúpula governista e os ministros recebem do presidente Lula orientações sobre a importância de viabilizar este ano programas e projetos que ajudem a petista a subir nas pesquisas. O presidente Lula tira reforço como principais diretrizes do último ano do governo as políticas na área econômica e social.

De férias

A primeira reunião de coordenação política do ano não estava completa. Os ministros Guido Mantega, da Fazenda, Paulo Bernardo, do Planejamento, e Tarso Genro, da Justiça, ainda em férias, não participaram do encontro. Durante a tarde do primeiro dia de trabalho, o presidente sancionou ainda lei que trata de assistência técnica a produtores rurais. Na cerimônia, realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, onde da presidência, Lula preferiu não discursar.

Daniel Frenkel/BR/Agência Press - 10/12/09



Jobim: presidente Lula pretende se encontrar com o ministro para avaliar plano federal

A FORD DERRUBOU OS JUROS E CONTINUA COM TAXAS A PARTIR DE ZERO. E AGORA VAI DERRUBAR A PRESTAÇÃO.

TODA LINHA FORD COM

APROVEITE O IPI REDUZIDO

30 MESES PARA PAGAR

CRÉDITO FACILITADO E A PRIMEIRA PARCELA 50% PARA DEPOIS DA PÁSCOA.

VENHA CONHECER O NOVO

NOVO FORD KA 1.0 L

A PARTIR DE R\$ 23.900,

COMPLETÃO

- + TRAVAS E ALARME DE SÉRIE
- + PARA-CHOQUE NA COR DO VEÍCULO
- + TRAVAMENTO AUTOMÁTICO DAS PORTAS A 15 KM/H
- + BOTÃO DE ABERTURA DO PORTA-MALAS NO PAINEL
- + ALARME DE MANUTENÇÃO PROGRAMADA + CONTA-GIROS (TACÔMETRO)
- + RETROVISORES COM COMANDO MANUAL INTERNO

ECOSPORT XLT FREESTYLE

A PARTIR DE

IMPERDÍVEL

ÚLTIMAS UNIDADES 2009

COMPLETÃO

- + AR-CONDICIONADO
- + DIREÇÃO HIDRÁULICA
- + VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS
- + BAGAGEIRO NO TETO
- + CD MP3 PLAYER MY CONNECTION
- + FARÓIS DE NEBLINA
- + RODAS ARO 15"

TAMBÉM NA VERSÃO 2.0 L FLEX AUTOMÁTICA

FIESTA SEDAN 1.6L

A PARTIR DE R\$ 35.990,

COMPLETÃO

- + AR-CONDICIONADO + DIREÇÃO HIDRÁULICA
- + ALARME PERIMÉTRICO COM CONTROLE REMOTO
- + LUZ ELEVADA DE FREIO (BRAKE-LIGHT) + CONTA-GIROS (TACÔMETRO)
- + VIDROS DIANTEIROS E TRAVAS DAS PORTAS ELÉTRICAS
- + PORTA-MALAS COM ACIONAMENTO ELÉTRICO
- + BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA
- + TRAVAMENTO AUTOMÁTICO DAS PORTAS A 15 KM/HORA

FIESTA HATCH 1.0L

A PARTIR DE R\$ 30.990,

COMPLETÃO

- + AR-CONDICIONADO + DIREÇÃO HIDRÁULICA
- + ALARME PERIMÉTRICO COM CONTROLE REMOTO
- + LUZ ELEVADA DE FREIO (BRAKE-LIGHT) + CONTA-GIROS (TACÔMETRO)
- + VIDROS DIANTEIROS E TRAVAS DAS PORTAS ELÉTRICAS
- + PORTA-MALAS COM ACIONAMENTO ELÉTRICO
- + BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA
- + TRAVAMENTO AUTOMÁTICO DAS PORTAS A 15 KM/HORA

NOVO FORD FOCUS EM 24 MESES SEM JUROS 50% de entrada

NOVO FORD FOCUS

Um carro para quem gosta de carro

3 ANOS

Manutenção de 60 dias ou 1.000 km

Transmissão automática convencional

Free Focus

6 meses de assistência

Condições especiais para taxistas e empresas. CONSULTE-NOS!

FORDE OLORADO

FORDE OLORADO

FORDE OLORADO

FORDE OLORADO

FORDE OLORADO

FOLHA DE S. PAULO

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRILAS FILHO

TERÇA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2009
ANO 94 N.º 29.683

EDIÇÃO SÃO PAULO/DF. CONCLUÍDA ÀS 01H35 ★ R\$ 2,50

Governo define mínimo de R\$ 510

Decisão deve sair hoje e significa aumento real de cerca de 6%; reajuste terá impacto de R\$ 4,6 bi na Previdência

Pedágio para cruzar o país é menor que o de SP a Ribeirão

O motorista que atravessa a costa do país do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte paga menos pedágio do que quem viaja da capital paulista a Ribeirão Preto. No primeiro caso, o custo é de R\$ 34,30 em uma distância de 4.500 km; no segundo, é de R\$ 41,70 em 313 km. A BR-101, porém, não tem a mesma qualidade da maioria das estradas de SP geridas pelo setor privado. Pág. C1

Cliente é ferido em livraria com taco de beisebol

Henrique Pereira, 21, foi agredido por Alexandre Aleixo, 33, em livraria no Conjunto Nacional (SP), e teve traumatismo craniano. Aleixo foi detido. Ele já tinha espantado vitrine da mesma Livraria Cultura antes. Segundo a mãe, Aleixo tem problemas mentais. Pág. C7

Morre embaixador dos EUA durante o golpe de 1964

O diplomata Lincoln Gordon, 96, morreu no sábado nos EUA. Gordon era embaixador no Brasil durante o golpe militar de 1964 e propôs à Casa Branca força-tarefa naval para, se preciso, ajudar na deposição do presidente João Goulart. Pág. A2

Neve afeta viagem na Europa e nos Estados Unidos

O serviço de trem entre Reino Unido e França foi interrompido pelo terceiro dia. O maior aeroporto da Espanha cancelou 297 voos. Nos EUA, aviões operaram com atraso após suspensão de 1.200 voos na região de Nova York. Pág. A2



» COMEÇOU A CRESCER

A ministra Dilma Rousseff chora na entrega do Prêmio Direitos Humanos com sua 1ª aparição sem peruca desde que fez tratamento para combater um câncer no sistema linfático. Pág. A2

saúde Morte da atriz Brittany Murphy alerta para infarto em jovens

Pág. C10

ciência Dinossauro usava veneno para subjugar vítimas, aponta estudo

Pág. A19



esporte Rodízio em SP

3 ou 4

ATMOSFERA

18°C
máxima 24°C
mínima 18,8°C

«Messi, pela 1ª, e Marta, pela 4ª vez, são eleitos os melhores do futebol»

Pág. D2

ilustrada Trio de diretores lembra Beckett com texto de peça imaginária

Págs. E1 e E24

FERNANDO DE BARROS E SILVA Dilma e Marina já 'herdam' os votos de Heloisa Helena

Os 12 pontos que, segundo o Datafolha, Dilma Rousseff e Marina Silva ganharam juntas são os mesmos que Heloisa Helena tinha em agosto. A opção de esquerda que o PSOL representou dividida-se entre a volta ao "ninho petista" e a nova dissidência do PT, mais suave, que Marina vocaliza. Pág. A2

EDITORIAIS

Letra "Continuismo petista", sobre eleição em SP; "Iniciativa do Congresso", que defende limites às MP's.

máquina bergamo Processo da Operação Satiagraha é suspenso por liminar do STJ

O PREFERIDO.



MELHOR DO MUNDO



MELHOR DO BRASIL



HYUNDAI

VEJA NA PÁGINA 5

FOLHA DE S. PAULO

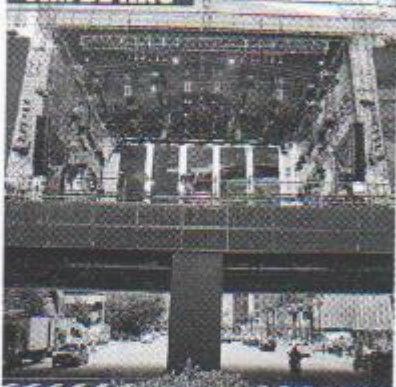
DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

QUINTA-FEIRA, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

A30099 • Nº 29.492

EDIÇÃO SÃO PAULO, CONCLUÍDA ÀS 6H20 • R\$ 2,50

FIM DE ANO



Palco da festa na avenida Paulista, que pode reunir 2 milhões

VEJA A PROGRAMAÇÃO COMPLETA DO RÉVEILLON EM SÃO PAULO

13. Av. Paulista terá Pitty, Dudu Nobre, Maria Rita e Martinho da Vila
15. No Rio, Paralamas, Carlinhos Brown e Lulu Santos são atrações

SÃO SILVESTRE

Até 16h25, com TV

Brasileiros tentam reduzir domínio queniano no país

Pág. B1

SAÚDE

Beber de estômago vazio e sem intercalar com água favorece ressaca

Pág. C9

TESTE

Confira os seus conhecimentos sobre o ano político que acabou em panetone

Pág. A6

BALANÇO

Colunistas de esporte apontam os melhores de 2009 e promessas para 2010

Págs. D2 e D3

Ilustrada

Crítico de gastronomia avalia a comida das novas casas noturnas de SP

Pág. E1

HOJE NÃO CIRCULAM TURISMO E EQUILÍBRIO

Paulistas vão pagar mais de pedágio para ir ao litoral

A maioria dos paulistas que viajar de carro em direção ao litoral do Estado pagará mais de pedágio nesta verão, devido à criação de novas praças e à alta das tarifas. Em 10 de 12 trajetos rumo ao litoral paulista de seis cidades paulistas, o gasto com pedágios cresceu. Nos outros dois, diminuiu.

A maior alta é no trajeto Campinas-Caraguatatuba: as três novas praças fizeram a despesa saltar 70%. Pág. C1

Piso nacional dos professores irá em janeiro para R\$ 1.025

O governo estipulou em R\$ 1.024,67 o novo piso nacional dos professores de ensino básico. O valor, que vigorará a partir de 1º de janeiro, é 7,86% maior do que os atuais R\$ 950. A inflação acumulada desde a sanção da lei que criou o piso, em julho de 2008, é de 6,19%.

O novo piso é contestado pelos professores, que pedem valor maior, e por Estados e municípios, que defendem aumento menor. Pág. C8

Bolsa de SP tem maior valorização do mundo

Alta em 2009 foi de 82,7%; para analistas, ela não se repetirá em 2010

A Bolsa brasileira foi o melhor investimento financeiro de 2009, com valorização de 82,7%. É a maior alta desde os 97,3% de 2003, primeiro ano do governo Lula, durante o qual foram recuperadas as perdas com a turbulência eleitoral de 2002.

Em dólar, a Bovespa foi também o mercado acionário mais rentável em todo o mundo, com valorização de 142,7%, ultrapassando países como China e Índia.

Para o investidor externo, responsável por dois terços dos negócios na Bovespa, o rendimento, além do ganho em moeda local, a valorização do real ante o dólar (33,9%), também a maior do mundo.

Analistas atribuem a alta a fatores como a saída mais rápida da recessão, mas não acreditam que em 2010 a Bolsa repita o bom desempenho. Na outra ponta do ranking de investimentos, o dólar recuou 25,3%.

Pág. B1

NO TOPO DAS BOLSAS

Os cinco melhores desempenhos em dólar, em %



Fonte: Bloomberg - 30/12/2009



Brasileiros envolvidos no conflito em Alibina depois de embarcar em avião da FAB (Força Aérea Brasileira) na capital, Paramaribo

Governo usa manobra fiscal para aumentar seu superavit

O Tesouro Nacional recebe hoje R\$ 5,2 bilhões para melhorar o superavit primário de 2009. Fruto de manobra fiscal, o reforço provém de operação que envolve a compra, pelo BNDES, de dividendos que a União tem a receber da Eletrobrás.

A meta do superavit primário (economia para pagar juros) da União para 2009 é de 2,5% do PIB. Nos últimos 13 meses até novembro, devido à queda da arrecadação e à alta dos gastos, ele ficou em 1,41% do PIB.

Pág. B5

Lula deixa para abril definição sobre plano que irritou militares

O presidente Lula saiu de férias e deixou para abril definição sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos, foco de crise entre militares e membros do governo ligados às famílias de mortos e desaparecidos na ditadura.

O governo tem até abril para elaborar projeto da Comissão da Verdade, para examinar violações de direitos humanos durante a repressão. Os militares, que aguardavam recuo do Plano, acham que Lula "empurra em uma barriga".

Pág. A4

Brasileiros querem ficar no Suriname

JOÃO CARLOS MAGALHÃES

ESCRITOR E REPÓRTER DO SURINAME

A ex-dona de casa Elisa (nome fictício), 29, que diz ter sido estuprada no Suriname, não quer sair do país.

Ex-prostituta de garimpo, ela é uma das 19 pessoas que afirmam ter sofrido violência sexual durante o ataque de descendentes de quilombolas a brasileiros em Alibina, na véspera de Natal.

Segundo Elisa, além do estupro, roubaram dela R\$ 30 mil. "Foi um sonho atrapalhado, mas não vou desistir". Parte dos brasileiros embarcados em voos da FAB também pretendem voltar.

Pág. A7



Moradores e policiais diante de um dos cinco ônibus queimados na zona norte de Rio de Janeiro

ELIANE CANTANHÊDE

Presidente faz o que fez no caos aéreo: não decidir

Lula faz na crise com as Forças Armadas o que fez no caos aéreo. Sem condições de decidir entre Jubin e militares de um lado e Dilma, Tarso e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) do outro, ele simplesmente não decide. O presidente viajou, mas a crise continua.

Pág. A2

EDITORIAIS

Leis "O ano político", que contém as análises da STP e "Confusão no Rio", sobre

ATMOSFERA

Previsão de clima para São Paulo

maxima 29°C
minima 23°C
chuva 10,3% modo 38,2°C

PODER DE FOGO

Moradores e policiais diante de um dos cinco ônibus queimados na zona norte de Rio de Janeiro

Painel

RENATO FREITAS painel@folha.com.br

Fazer o quê?

Na tentativa de amenizar a revolta de Nelson Jobim (Defesa) e dos comandantes militares com o Programa Nacional de Direitos Humanos do ministro Paulo Vannuchi, Lula tem procurado convencê-los de que o texto polêmico é, na verdade, fruto de conferência realizada sobre o tema, e não uma decisão de governo. No lançamento do programa, em 21 de dezembro, o presidente já havia feito um esforço para acalmar os descontentes, sugerindo que nem tudo o que está escrito será mantido. Em seu discurso, disse que "vamos tentar trabalhar outra vez, transformar em projeto de lei aquilo que for projeto de lei, mandar para o Congresso debater".

Detalhes. Ainda no discurso, revelador da linha tênue em que caminha a gestão, Lula disse que "não é fácil fazer um documento como este", pois "os interesses pelas palavras são enormes" e "se viramos ganhando dimensão estranha à realidade".

Prorrogação. Quem conhece o presidente diz que esse não é um dos tipos de temas que mais mobilizam. O que explica, em parte, o fato de ele só ter entrado na história com a política já instaurada.

Controle aéreo. FAP e Itamaraty se estranharam sobre o envio de aeronaves para registrar brasileiros no Suriname. A FAP quer levar jornalistas novos. Mas o secretário-geral e chefe de inteligência, Antônio Patriota, vetou.

Fazcinha. Jaques Wagner (PT) preparou uma lista para mostrar a Lula, tão logo ele chegue de folga à Bahia, com empresas que poderiam investir no Estado e gerar empregos em ano eleitoral.

Na tela. A Secretaria de Comunicação do Planalto abriu concurso para seleção de projetos voltados à produção de séries de TV que abordem a temática: "Histórias de um Brasil que dá certo".



Carteirainha. O senador Tio Viana conseguiu uma sessão vip da cinebiografia de Lula, com estreia prevista para amanhã, num cinema do Acre, somente para filiados ao diretório local do PT.

Tiroteio

Isso só confirma o que eles proclamam: o Exército é o mesmo. Parece que não mudou nada com a redemocratização.

DE CEMÉLIA ALVES DA SILVA. Integrante do Conselho de Defesa de Direitos Humanos do Exército, o coronel Carlos Roberto de Almeida, sob o pseudônimo de "Miguel", participou da reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Contraponto

Corpo a corpo

Pré-candidato ao governo gaúcho, Tarso Genro (Justiça) se reuniu com Lula no Palácio da Alvorada, ontem, para discutir o lançamento do programa Bolsa Olímpica. Ao sair, mandou que parasse o carro e perguntou ao porteiro: "Onde estão os jornalistas?". Os assessores informaram o ministro que só havia fotógrafos e cinegrafistas, para quem ele improvisou uma entrevista. Mas, para que Tarso não perdesse a viagem, um assistente sugeriu: "Tem uns turistas lá que gostariam de dar uma palatinha com o senhor...". O ministro aceitou a ideia na hora.



Dilma Rousseff



José Roberto Arruda

VOCÊ LEMBRA COMO FOI 2009?

Responda a quiz com fatos marcantes do ano

Pág. A6



Adriano Galisteu

Lula tenta amenizar crise e frustra comando militar

Presidente adia definição sobre comissão para investigar crimes durante a ditadura

Tarso Genro afirma que não há "controvérsia insanável" dentro do governo apesar da reação das Forças Armadas a plano de direitos humanos

MARTA SALOMON DA SILVA, DE BRASÍLIA
BEATRIZ CANTANHEDE COLUCCI, DA FOLHA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu ganhar tempo e investir num discurso conciliador e contra "revanchismos" para administrar a tensão entre os militares e a ala do governo mais afinada com as famílias de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar.

Lula saiu em férias ontem, e uma definição sobre o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, foco da crise, só será anunciada a partir de abril. Os militares, que aguardavam um texto concreto do governo em relação aos crimes do plano, ficaram frustrados. Achem que Lula "empurra com a barriga".

Abriu-se o prazo que uma comissão do governo tem para elaborar projeto de lei da Comissão Nacional da Verdade — prevista no Plano de Direitos Humanos — para exatidão violações de direitos humanos "praticadas no contexto da repressão política", um dos itens de herança da ditadura militar.

Outros são a identificação de locais públicos que serviram à repressão e a revogação da Lei da Anistia — além da proposta de cassar os nomes de presidentes militares de pontes, rodovias e prédios públicos. A comissão terá representantes dos ministros da Justiça, da Defesa, da Casa Civil e da Secretaria de Direitos Humanos.

Ontem, as autoridades envolvidas no conflito beliscaram o tom das críticas. O secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, entrou em férias e avisou que não comentaria o caso, e o ministro Tarso Genro (Justiça) insistiu em que a polêmica final caberia ao presidente.

"Não há nenhuma pedida de demissão e nenhuma controvérsia insanável entre Defesa e



O ministro Tarso Genro dá entrevista após se reunir com Lula

PONTOS DE DISCÓRDIA

Militares consideram plano "revanchista"

O que pretende o plano	O que dizem os militares
1. Criar a Comissão da Verdade para investigar crimes da ditadura	1. Crimes cometidos pelo governo também devem ser investigados
2. Discutir a revogação de leis contrárias à garantia dos Direitos Humanos	2. Voto irreversível para uma revisão geral da Lei da Anistia (1979)
3. Identificar e sinalizar locais públicos que serviram à repressão	3. Poder haver desconexão ou até a injeção de instalações militares

avisou que não comentaria o caso, e o ministro Tarso Genro (Justiça) insistiu em que a polêmica final caberia ao presidente.

"Não há nenhuma pedida de demissão e nenhuma controvérsia insanável entre Defesa e

Secretaria de Direitos Humanos. Isso [o presidente] vai resolver com a sua capacidade de mediação após as férias", disse Tarso, após reunião com Lula. Também o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e os coman-

dantes de Roberto, Marinho e Aécio de Oliveira se recusaram a falar. A promessa de Lula, levada a eles por Jobim, é de que a tensão será contornada e que o governo não tem nenhum interesse em provocar os militares e causar-lhes constrangimentos.

Jobim e os comandantes julgaram que o plano ignorava todas as sugestões das Forças Armadas e ficou "desequilibrado", pois cobra responsabilidades dos militares, mas não dos seus superiores, "que assaltaram, mataram e sequestraram". Citam até ministros de Lula.

Intervenções de Lula lembraram, porém, que o tom conciliador foi dado pelo presidente desde o anúncio do plano, na segunda-feira antes do Natal. Na ocasião, Lula afirmou que o documento seria "digerido" — ou seja, que havia brechas para novos debates. No discurso, o presidente exaltou a experiência de integrantes do governo que lutaram contra a ditadura, como os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Franklin Martins (Comunicação Social), Tarso e Vannuchi.

Segundo Lula, Dilma teria comentado, ao passar pelo Comando do 2º Exército (SIP), onde esteve presa, que não sentia mais raiva: "Se alguém prendeu a Dilma, se alguém torturou a Dilma achando que tinha acabado a luta da Dilma, ela é uma possível candidata a presidente da República", declarou.

A tensão entre militares e a área de Direitos Humanos não é novidade no governo Lula. Em 2007, focou duras as críticas de militares ao livro "Direito à Memória e à Verdade". Mais complicada foi a reação dos militares ao debate defendido pelo Ministério da Justiça sobre limites da impunidade a torturadores. Uma nova interpretação da Lei de Anistia rachou o governo. Como agora, Lula investiu na conciliação.

Presidente deve arbitrar discordância, diz Vannuchi

ANA FLORES
DA FOLHA DE SÃO PAULO

Emperrada pela divergência entre o Ministério da Defesa e o de Direitos Humanos, a proposta de criação de uma Comissão da Verdade, divulgada na última semana, passou por um longo debate e só saiu com o assentimento do presidente Lula.

Em entrevista à Folha, concedida no dia 22 — o mesmo em que o ministro Nelson Jobim (Defesa) e os comandantes das Forças Armadas procuraram Lula para protestar —, o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) citou os pontos de discordância e disse que sua pasta precisou abrir mão de pontos de vista: "A redação não é a que eu faria se pudesse decidir sozinho". Leia os principais trechos da entrevista.

FOLHA - Na negociação, no governo, de criação da Comissão da Verdade, sua pasta abriu mão de posições, como ter de concordar com o conteúdo do texto ao Congresso?

PAULO VANNUCHI - Não é verda-

de que eu não queria que a Comissão da Verdade passasse por projeto de lei. Para mim é indispensável que seja um projeto de lei. Eu concordo que um programa desses [a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos] sempre envolve composição. Eu chego a dizer "olha, a redação não é a que eu faria se pudesse decidir sozinho". [O texto] evidentemente terá pontos de discordância de outros ministros. Na agenda do governo é isso, o presidente equilibra e arbitra.

FOLHA - Há polêmica dentro do governo sobre o que fazer com as instituições da Comissão da Verdade, se deve-se levar pessoas à Justiça?

VANNUCHI - O Judiciário examina os casos que saíram da comissão é um objetivo, entre vários. Os outros são o resgate da memória, da verdade. Divulgação para as novas gerações conhecerem o que aconteceu, para que o país solidamente esteja prevenido contra qualquer risco de reedição.

FOLHA - As burocracias no Aço Negro evidenciam diferenças entre sua área e o Ministério da Defesa.

VANNUCHI - Houve uma primeira distinção, mas acabou fazendo uma decisão também de continuidade de entendimento. O problema de origem que existia, e permanece, é que eles não tinham informações diretas

mente de oficiais que comandaram aquela operação anti-guerrilha, que estão vivos, que podem ser localizados, que poderiam se convencer a falar pelo bem do Brasil.

FOLHA - Qual sua posição pessoal sobre o que deveria ocorrer com agentes do Estado responsáveis por violações durante a ditadura?

VANNUCHI - Minha opinião pessoal é que eles devem ser processados, que haja processamento judicial, que sejam condenados. Por exemplo, o coronel [reformado da Exército Carlos Brilhante] Ustra foi condenado em primeira instância da Justiça Civil. Ele é declarado torturador, seu nome fica registrado numa sentença judicial como torturador, responsável pelo morte de milhares de pessoas. Para mim, isso quer o maior problema — a impunidade. Se o Judiciário considerar que essa pessoa tem de ir para a cadeia também, eu confesso que não vou protestar. Mas meu sentimento não é esse. É preciso criar a maior consciência possível.

Estou junto com as famílias [dos desaparecidos] na exigência de que haja processamento, embora tenha diferenças de enfoque. [Mas] Não acho que cada torturador tenha que apodrecer na cadeia

PAULO VANNUCHI
ministro de Secretaria Especial de Direitos Humanos

RECIFE-SÃO PAULO/PE, CONCLUINDO ÀS 23H. ★ R\$ 2,50

EDITORIAIS Págs. A2
Leis "Folha de eulábrios", sobre
controles da política industrial;
e "Transparência na Justiça",
asseta de desordem de verbas

Tel: (11) 3224-4000 Fax: (11) 3224-4000
E-mail: psp@folha.com.br
Serviço de atendimento ao assinante: 0800-775-0000
Fornecido pela Folha de S. Paulo
Circulação: 200.000 exemplares

Painel

SILVIO NAVARRO (interim) painel@folha.com.br

Redução de danos

Após sentar à mesa para sua primeira reunião de coordenação do ano, hoje, o presidente Lula ouvirá de seus assessores a avaliação de que as novas frentes de discordância abertas pelo terceiro Programa Nacional dos Direitos Humanos podem inviabilizar o único ponto que de fato interessava ao governo: a criação da comissão da verdade para investigar crimes de tortura durante a ditadura militar. A ideia é tentar enterrar logo a polêmica para evitar que ela seja vinculada pela oposição à futura campanha de Dilma Rousseff.

Governistas que defendem o total distanciamento de Dilma do caso admitem que o desgaste pode chegar à ministra-candidata por dois caminhos: o passado de guerrilha e/ou o papel de "gerente" do governo.

Fagulhas. Na base aliada, o discurso é desde já tentar desassociar pontos polêmicos do texto de que serão as diretrizes da plataforma eleitoral de Dilma. Do contrário, não há, seriam queimadas as pontas com diversos segmentos que o Planalto tenta atrair ou, no mínimo, não contrariar.

Bombeiro. Gilberto Carvalho, chefe do gabinete de Lula, ficou encarregado do diálogo com setores da Igreja que reclamaram do Programa de Direitos Humanos. A principal tarefa é "relativizar" a defesa aberta que o texto faz da descriminalização do aborto.

Lados. No PT, um dos blocos favoritos é Reinaldo Stoppani (Agricultura), que veio à público para afirmar que o documento revela "preconceito com a agricultura comercial". Críticos dizem que o ministro do PMDB fala em deixar o cargo de deputado porque sua base eleitoral, encapada por ruralistas, tem simpatia mesmo à pela oposição.

A calhar. Em meio ao mal-estar com o agronegócio, o primeiro evento do ano de Lula, hoje, é o lançamento do "Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária".



Albergue. O PT enviou uma circular aos seus filiados recrutando interessados em hospedar em suas casas visitantes de outros países que acompanharão o Congresso da sigla, em Brasília.

Tiroteio

A escolha dos caças segue a fórmula do PT de governar: desprezo profissional, ideologia confusa e desperdício de dinheiro público.

Deputado ANTONIO CARLOS PINHEIRO (PSDB-SP) sobre preferência do governo por caças Canadair após denúncia de que a Associação de Aviação e Comércio Aeroespacial (AACA) teria favorecido a compra de caças.

Contraponto

Sacou?

Depois de discursar na inauguração do parque Villas Boas, na última quinta-feira, o governador José Serra (PSDB) foi cumprimentar a viúva do indigenista e sertanista, morto em 2002, que acompanhava o evento no lado do filho, chamado Noel. Após uma rápida conversa, o tucano comentou orgulhosamente com assessores:

— Foi uma grande sacada minha avisar que ele se chama Noel em homenagem ao Noel Nutels —, disse, citando o também indigenista, morto em 1978.

A subprefeita da Lapa, Sôniahu Francine, emendou: — Proca, e eu pergunto se tinha nascido perto do Natal.

Torneira 1. O governo anunciará amanhã, no mesmo evento de lançamento da segunda fase do Minha Casa, Minha Vida, deslançamento de municípios com menos de 50 mil habitantes, a liberação de R\$ 2 bil do Pro-Moradia para projetos de urbanização em cidades metropolitanas.

Torneira 2. O objetivo ao ampliar a lista de cidades beneficiadas é reduzir a rotatividade de prefeituras no início do ano em busca de verbas emergenciais para conter prejuízos causados pelas chuvas.

Embargo. O TCU determinou no fim do ano a suspensão do convênio de R\$ 9,4 mil entre a Inca e a Cooptrac (Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina). Segundo o tribunal, o diretor da entidade que fiscaliza os repasses, Laércio Rangel, foi presidente da cooperativa, além de ambas funcionarem no mesmo endereço em Chaparrão.

Laços. Em tempo, Rangel é dirigente do MST e coordenou invasões no Estado.

Corda. Com o vice, Leonel Pavan (PSDB), às voltas com denúncias de corrupção, o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), pressiona os tucanos para que resolvam a situação até o final do mês. O especulacionista, que deixaria o cargo na semana passada, teme que o caso respingue em sua campanha ao Senado.

Distância. Lula Henrique aguarda viagens aos próximos dias à Europa para fazer o que Pavan herdou a cadeira, ainda que provisoriamente. Mas, surpreendido pela notícia, o tucano comunicou que também vai tirar férias.

por CATIA SABRÁ e ANA LUIZ DE CARVALHO

Governo pode reeditar plano sem referência a torturadores

Assim, texto que cria comissão de investigação não citaria militares nem guerrilha

Sugerido por Nelson Jobim, mudança de trecho do plano de direitos humanos pode ser aceita por Vannuchi, que ameaçou pedir demissão

ELIANE CANTANHEDE DA SILVA/AGÊNCIA BRASIL

O governo articula uma solução de meio termo para a questão nebulosa do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos em vez de acrescentar ao texto do programa a investigação da esquerda armada durante a ditadura militar (1964-1985), como querem as Forças Armadas, seria simplificada a referência à "repressão política" na diretiva 23, que cria a comissão da verdade.

Ou seja, a questão seria resolvida semanticamente, sem especificar a amplitude de excessos de nenhum dos lados. O texto passaria a prever a apuração da violação aos direitos humanos durante a ditadura, genericamente, sem especificar de quem e de que lado.

Essa proposta está sendo esboçada pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, e poderá ser aceita pelo ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que aposta numa "solução de meio termo".

Jobim não aceita uma comissão unilateral, focada apenas na apuração das violações praticadas pelos militares. E Vannuchi não admite a investigação da esquerda armada. Sem referência aos dois lados, a questão poderá ser resolvida pelo Congresso Nacional.

O plano foi formalizado como decreto presidencial, prevendo a formação de um grupo de trabalho do Executivo para elaborar um projeto de lei ao Congresso, criando a comissão da verdade. Com o decreto revogado, se houver o acordo, o projeto ficaria mais flexível para o debate parlamentar.

O presidente Lula volta de férias e começou o ano de trabalho hoje entre esses dois fogos: o de um amplo setor da sociedade, liderado por Jobim, que quer a revisão do plano, e o de juristas e familiares de desaparecidos políticos, que respaldam Vannuchi e não aceitam alterações significativas.

No confronto, os dois lados ameaçam com pedidas de demissão. Justamente num ano de campanha eleitoral, em que Lula pretende somar apoio para sua candidatura ao Planalto, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), ex-militante da esquerda armada, torturada e presa durante a ditadura militar, ela é parte diretamente interessada no plano.

Vannuchi não abre mão de exigir "uma narrativa sincera, honesta e humilde do Estado brasileiro sobre as circunstâncias dos desaparecimentos e o



Lula, Dilma e outras autoridades no lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos

local onde os corpos estão".

"O país não tem o direito de saber toda a história que envolve Rubens Paiva, Vladimir Herzog, Rondonaldo Guimarães? Sem isso, como é possível virar a página? Eles, aliás, foram torturados, mortos e nem sequer oração da esquerda armada".

O ministro de Direitos Humanos tem respaldo, por exemplo, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e do "Manifesto Contra a Anistia aos Torturadores", reunindo mais de 10 mil assinaturas em diferentes setores da sociedade civil em todo o país.

O ponto central do manifesto, porém, é uma questão que, segundo tanto Jobim quanto Vannuchi, não está colocada no plano: a revisão da Lei da Anistia, de 1979, que valeu para os dois lados, tanto para os militares e civis responsáveis pela repressão quanto para os militantes da esquerda.

Na versão dos dois ministros, o item 2 da diretiva 23 já faz referência à lei (citada pelo número, não pelo nome), o que caracteriza o reconhecimento de sua legitimidade.

Além da polêmica com a área militar, o plano também provocou críticas de outros setores. A Igreja Católica reagiu contra a descriminalização do aborto. O setor ruralista, apoiado pelo ministro Reinaldo Stoppani (Agricultura), considera o plano "preconceituoso contra o agronegócio". As entidades de imprensa acusam um ataque à liberdade de expressão.

Vannuchi lamentou a posição crítica do PSDB e da DEM, alegando que o atual plano segue e aprofunda os dos primeiros planos, ambos elaborados no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999 e 1999-2003).

A POLÊMICA COM OS MILITARES

A mudança que pode acalmar os setores divergentes do governo

O TEXTO DO DECRETO ASSINADO POR LULA

A diretiva 23
"Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado"

A ação proposta
Criar a comissão da verdade, um grupo com representantes da Casa Civil, das pastas da Justiça, da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência "para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política"

O objetivo esboçado
"Promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil (...), a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional"

O QUE JOBIM (DEFESA) E AS FORÇAS ARMADAS PROPUSERAM DURANTE AS NEGOCIAÇÕES

Incluir no texto a possibilidade de apuração da esquerda armada

Como o texto ficaria

"praticadas no contexto de conflitos políticos e da repressão política"

A SOLUÇÃO DE MEIO TERMO, EM DISCUSSÃO HOJE

Em vez de incluir a apuração também da esquerda, não se as referências aos dois lados e pagar a discussão para o Congresso

Como o texto poderá ficar

"violações de Direitos Humanos praticadas no período... [da ditadura militar], sem citar nenhum dos dois"

PSDB cobra posição de Dilma sobre o programa

CATIA SABRÁ DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente nacional do PSDB, Sérgio Guerra (PE), cobrou ontem uma manifestação da potencial candidata do PT à Presidência, ministra Dilma Rousseff, acerca do controverso plano de direitos humanos decretado pelo governo. A titular da Casa Civil estava em férias e retorna ao trabalho hoje.

Para Guerra, "é inimaginável que uma indicativa dessa com-

plexidade não tenha a participação da Casa Civil". "Por que a ministra Dilma, que fala sobre tudo, está calada?", afirmou.

O governador de São Paulo e possível candidato do PSDB à Presidência, José Serra, arriou a interlocutores que não pretende falar sobre o assunto. Então presidente da UNE, Serra explicou-se após o golpe militar.

Serra tem sido aconselhado a evitar o debate, sob argumento de que importaria para o PSDB uma polêmica que consome a

base governista. O ideal, recomendam os assessores, é assistir à crise. Os tucanos ainda temem que a apresentação do programa tenha nascido de uma tentativa de reconquista dos movimentos sociais. E, em caso de descuido, o PSDB poderia acabar caracterizado como conservador, acusando o caráter plebiscitário que o PT pretende dar à eleição.

No PSDB, há quem duvide que Serra consiga driblar o assunto. Nesse caso, a orientação

é concentrar críticas à forma de concepção do programa, tornando-o o mérito de temas mais delicados. "O método não é adequado. Como se constrói democracia em clima de repressão de conferências estaduais e nacionais? É distorção da representatividade", disse o vice-governador Alberto Goldman. "O Congresso não discute", diz o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal.

➔ LEIA MAIS A6

Entidades de direitos humanos rechaçam mudanças no plano

Grupos dizem que durante a ditadura guerrilheiros já foram julgados e punidos, ao contrário de militares torturadores

"Nenhum torturador ou estuproador que agiu nos porões respondeu pelos crimes de lesa-humanidade que cometeu", diz ex-preso

LAURA CAPRIGLIONE
DA FOLHA DE S. PAULO

Entidades de defesa dos direitos humanos, contra a tortura e de familiares de mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar (1964-1985) manifestaram-se contrariamente à modificação proposta no texto da diretiva 25 do Programa Nacional de Direitos Humanos. Pelo novo texto, seria suprimida referência à "repressão política" no quesito que prevê a ignoração das violações dos direitos humanos.

Os militares não se manifestaram após a divulgação das polêmicas envolvendo o plano.

O novo texto deixa tudo em aberto. Violações de direitos humanos seriam apuradas tanto as cometidas por organizações do espectro armado quanto pela repressão política. Como se fosse igual. E não é, diz Maria Auxiliadora Almeida Telles, integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

"Quem é o agente da repressão política que já foi punido por seus atos? Nenhum torturador ou estuproador que agiu

nos porões da repressão respondeu pelos crimes de lesa-humanidade que cometeu", acusa o jornalista Alípio Freire, da extinta organização Aba Vermelha, preso durante "5 anos, um mês, um dia e 18 horas", entre 1969 e 1974.

"Não, sim, os militares, fomos punidos. Muitas vezes. Fomos reprimidos, levados para cárceres clandestinos (dos quais muitos desapareceram), mantidos incommunicados, presos, torturados, mortos, condenados, forçados ao exílio", diz Alípio Freire.

APÓIO: OAB DIZ QUE MILITARES DEVEM SER PUNIDOS LEGALMENTE

O presidente nacional da OAB, Cesar Brito, disse que os militares que cometeram crimes de lesa-humanidade no período da ditadura devem ser punidos legalmente. Brito defendeu o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) e afirmou que ele tem razão ao defender a criação de uma comissão da verdade. O presidente da OAB-RJ, Waldir Dantas, disse que o ministro Nelson Jobim (Defesa) e os comandantes das Forças Armadas devem cumprir a ameaça de entregar os cargos a Lula.

A acusação contra Freire era a de "tentativa de tomada do poder", de "guerra subversiva, psicológica e subversiva", de "ação armada", conforme tipificado pela Lei de Segurança Nacional, a Lei 7.170, de 1965. Condenado a dez anos na Auditoria Militar do São Paulo, posteriormente, o próprio Superior Tribunal Militar revisou a sentença, reduzindo-a para seis anos. "Fiquei preso dois anos a mais do que eles mesmos — e sem leis de exceção — julgaram que eu devia. Com três anos, teria direito a sair", lembra.

"Os militares contra a ditadura já foram punidos, inclusive à luz da legislação do regime ditatorial existente na época no Brasil. O que é preciso fazer, até porque nunca foi feito antes, é apurar as responsabilidades daqueles que, de dentro do Estado, torturaram e mataram", afirma Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo.

"Esta é a segunda tentativa da ministra Nelson Jobim de girar no tapetão", afirma Zelic. "Na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, em 2008, os membros da pasta da Defesa já tinham tentado mudar o caráter da comissão nacional de verdade e justiça, propondo que ela se chamasse comissão da verdade e reconciliação. Perdemos. Agora, de novo, tentam esvaziá-la.", afirma.

O AGRAVAMENTO DAS POLÊMICAS

A escalada dos protestos de diversos setores contra o plano de direitos humanos



21. dez. 2009
Programa é lançado em Brasília

23. dez. 2009
Os comandantes do Exército e da Armada ameaçam deixar postos se Lula não revisar pontos que tratam da comissão da verdade para apurar crimes cometidos pela ditadura

1º. jan. 2010
Ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) diz que plano não tem caráter "repressivo", como afirmou a direita militar e o ministro Nelson Jobim (Defesa), e que seguirá o que está previsto na Lei da Anistia

7. jan. 2010
Igreja reage a propostas de descriminalização da aborto e união civil homossexual; entidades do setor de comunicação criticam conteúdo dos veículos "comprometidos com os direitos humanos"

8. jan. 2010
Ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) diz que plano levará "insegurança jurídica" ao campo

9. jan. 2010
Vannuchi diz que será se modificação no plano incluir punição e torturadores, exigência feita pelo área militar

IMPERDÍVEL, O MAIS NOVO LANÇAMENTO NO CENTRO DE SÃO PAULO. VEJA NA PÁGINA A8.

"O LANÇAMENTO IMOBILIÁRIO MAIS INTELIGENTE E ARROJADO DO ANO."

Leandro é um empresário de sucesso. Bem sucedido e um pai amoroso, mas tem uma coisa que ele...

tempos modernos

TUOZ ACI BAMBINO (EMPI) AIGORA



A gente se vê por aqui www.redeglubertv.com.br

HYUNDAI VERACRUZ 2010.

ULTRAPASSA TUDO, ATÉ O LEXUS RX350.

"Em design e conforto, o Veracruz é um vencedor incontestável. Tem uma carroceria mais longa, mais elegante e mais esculpida que a do RX350. Por dentro e por fora é simplesmente mais bonito."

"O Crossover Hyundai Veracruz ganha facilmente até de carros excelentes como o Lexus RX350, mesmo custando milhares de dólares a menos."

Fonte: Test Drive comparativo realizado por Warren Brown, analista automobilístico do The Washington Post.

VERACRUZ

3.0 V6 24V CVT 4x4 AWD
A PERFEIÇÃO ATÉ NOS MÍNIMOS DETALHES



MAIS POTÊNCIA
MOTOR 3.0 V6 24V CVT
RECONHECIDO PELA MÁXIMA
PERFORMANCE



CÂMBIO COM MAIOR ELASTICIDADE
CERCA 10% MAIOR AUTONOMIA
E MAIS ECONOMIA
EXCLUSIVO CÂMBIO A/S/N
COM 6ª MARCHA



10 AIR BAGS, 7 LUGARES
EXCLUSIVA TERCERA FILA DE BANCOS
E MEMÓRIAS DE POSIÇÃO PARA
RETROVISOR DIREÇÃO E BANCOS
ELÉTRICOS DE COURO PREMIUM



MAIS SILENCIOSO E MAIS RÁPIDO
SUSPENSÃO AUTOMATIZANTE
SELF LEVELLING



SENSORES DE ESTACIONAMENTO
E LANTERNAS TRASEIRAS COM LED

De novo! Tudo isso faz parte da versão completa Top do Brasil.

HYUNDAI

www.hyundai.com.br